As Cidades Europeias do Desporto da Região Norte de Portugal:

Implicações no desenvolvimento do desporto local

Dissertação apresentada com vista à obtenção do 2.º ciclo em Gestão Desportiva, da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 65/2018 de 16 de agosto.

Orientadora: Prof.ª Doutora Maria José Carvalho

Coorientador: Prof. Doutor Gustavo Paipe

Joana Raquel Veloso Ferreira

Porto, 2020

Ficha de Catalogação:

Ferreira, J. R. V. (2020). *As Cidades Europeias do Desporto da Região Norte de Portugal: Implicações no desenvolvimento do desporto local.* Porto: J. Ferreira. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Desportiva, apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

PALAVRAS-CHAVE: GESTÃO DO DESPORTO, POLÍTICAS PÚBLICAS DO DESPORTO, MUNICÍPIOS, *ACES EUROPE*, CIDADE EUROPEIA DO DESPORTO

DEDICATÓRIA

Aos meus pais

Pela educação e pelo apoio incondicional na minha formação académica.

AGRADECIMENTOS

O processo de investigadora apesar de aparentar ser totalmente solitário, no caso da candidata, ao longo desta jornada contou com o apoio de diversas instituições e pessoas que foram imprescindíveis e a quem está e estará eternamente grata.

À FADEUP e ao corpo docente com o qual teve o privilégio de se cruzar. Desde o primeiro dia da licenciatura até ao presente, pelos conhecimentos e experiências vivenciadas ao longo da sua formação.

À Orientadora, Prof.ª Doutora Maria José Carvalho, agradece por tudo o que lhe ensinou ao longo do 2º Ciclo em Gestão Desportiva, sobretudo nas suas aulas, pelo profissionalismo revelado e pela forma animada como interagia. Gratidão por toda a disponibilidade, por todos os conselhos e apoios, pela sinceridade, frontalidade e preocupação, bem como pela transmissão de conhecimentos com rigor ao longo da orientação desta dissertação. É sem dúvida um exemplo de Mulher a seguir.

Ao Coorientador, Prof. Doutor Gustavo Paipe, agradece a disponibilidade nesta etapa, por todo o conhecimento que transmitiu, pelo apoio fundamental, pelas críticas e sugestões, pela simpatia e profissionalismo.

Ao Prof. Doutor Pedro José Sarmento pela forma como acolheu a candidata no mestrado, pela preocupação, por todos os conselhos e ensinamentos ao longo deste curso.

Aos colegas de curso pela partilha, companheirismo, aprendizagem, e experiência vivida ao longo do curso. Em particular, à Camilla, agradece profundamente todo o apoio, a paciência, a atenção, os conselhos e as críticas em todo o processo.

Às funcionárias da biblioteca agradece o auxílio que sempre prestaram em todos os momentos da pesquisa bibliográfica.

Às Câmaras Municipais de Guimarães, da Maia, de Gondomar e de Braga agradece muito pela disponibilidade de acolhimento nas respetivas instalações, pelos documentos de apoio concedidos, assim como pela indispensável colaboração nesta investigação, através das entrevistas realizadas.

A todos os que se cruzaram com a candidata e que de alguma forma contribuíram para o seu crescimento pessoal e formação, bem assim para a concretização desta etapa final do seu mestrado.

Ao Gonçalo e restantes amigos pelo apoio, paciência, sinceridade e amor ao longo destes anos de amizade e companheirismo.

Aos queridos Pais e restante Família pelo apoio e amor incondicional de sempre. Sem eles a presente dissertação não seria possível.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA III
AGRADECIMENTOS 5
ÍNDICE GERAL VIII
ÍNDICE DE QUADROS XI
RESUMO XIII
ABSTRACT XV
LISTA DE ABREVIATURAS XVII
INTRODUÇÃO 1
CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA 8
1. Os conceitos e a regulação do desporto 10
2. As políticas do desporto nos municípios 15
3. As autarquias locais e o desporto 20
3.1 O surgimento das autarquias locais 20
3.2 A estrutura das autarquias locais 21
3.3 A presença do desporto nas autarquias locais 22
4. Os modelos de intervenção das autarquias no desporto 28
4.1 Modelo liberal, intervencionista, não intervencionista e descentralizado 28
4.2 Modelo desporto de elite e o modelo desporto para todos 29
5. O enquadramento legal 36
6. A Cidade Europeia do Desporto 41
6.1 A Instituição: *European Capitals and Cities of Sport Federation* (*ACES Europe*) 41

6.2 O reconhecimento 41
6.2.1 A caracterização dos prémios 42
6.2.1.1 *World Capitals of Sport* 43
6.2.1.2 *American Capitals of Sport* 43
6.2.1.3 *European Capitals of Sport* 43
6.2.1.4 *European Cities of Sport* 43
6.2.1.5 *European Towns of Sport* 44
6.2.1.6 *European Islands of Sport* 44
6.2.1.7 *European Resorts of Sport* 44
6.2.1.8 *European Communities of Sport* 44
6.2.1.9 *European Sport and Healthy Company* 45
6.3 As delegações 45
6.3.1 *ACES* América 45
6.3.2 *ACES* Itália 46
6.3.3 *ACES* Portugal 46
CAPÍTULO II - METODOLOGIA 48
1. A metodologia 50
1.1 Os participantes 50
1.2 O processo de recolha de dados 51
1.2.1 A entrevista 51
1.3 O *corpus* do estudo 53
1.4 Os procedimentos de análise de dados 54
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 56
1. A apresentação e discussão dos resultados 58
1.1 As candidaturas a Cidade Europeia do Desporto 58
1.2 A política do desporto municipal 64

1.3 A Cidade Europeia do Desporto 70
1.3.1 Pré Cidade Europeia do Desporto 70
1.3.2 Durante a Cidade Europeia do Desporto 76
1.3.3 Pós Cidade Europeia do Desporto 84
CONSIDERAÇÕES FINAIS 91
1. As candidaturas a CED 93
2. Política do desporto municipal 93
3. Pré Cidade Europeia do Desporto 94
4. Durante a Cidade Europeia do Desporto 95
5. Pós Cidade Europeia do Desporto 96
LIMITAÇÕES DO ESTUDO 98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 99
ANEXOS XIX
ANEXO 1 – GUIÃO DA ENTREVISTA XXI

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. A importância do desporto para o município no ano da candidatura64
Quadro 2. As competências fulcrais que o município tem perante o desporto. 65
Quadro 3. A importância que dão ao desporto para todos 66
Quadro 4. As mudanças e melhorias nas políticas do desporto local 67
Quadro 5. A tomada de decisão da candidatura a CED..... 70
Quadro 6. O processo de aprovação e concretização da candidatura 71
Quadro 7. As mudança na política do desporto municipal por terem ganho o prémio CED 73
Quadro 8. O orçamento para a realização do ano CED 73
Quadro 9. A importância em ser reconhecido e concebido o prémio 74
Quadro 10. As mudanças a nível orgânico..... 76
Quadro 11. As mudanças a nível das atividades desportivas e dos programas desportivos 77
Quadro 12. As mudanças a nível das parcerias locais e nacionais..... 77
Quadro 13. As mudanças a nível dos recursos humanos 78
Quadro 14. As mudanças a nível das instalações desportivas 79
Quadro 15. O reconhecimento internacional pelos eventos realizados..... 80
Quadro 16. O associativismo 84
Quadro 17. Os eventos 84
Quadro 18. A taxa de participação desportiva..... 85
Quadro 19. As infraestruturas desportivas 85
Quadro 20. As implicações para a política do desporto municipal 86

RESUMO

As autarquias locais, mais especificamente os municípios, são as entidades públicas mais próximas da comunidade que implementam as políticas do desporto municipal, atuando na perspetiva de que o desporto é um direito de todos os cidadãos. A nível europeu a *European Capitals and Cities of Sport Federation* (*ACES Europe*) atribui o prémio de Cidade Europeia do Desporto (CED) às cidades candidatas vencedoras.

Desta forma, o presente estudo teve como objetivo identificar nas cidades que obtiveram a premiação de CED as implicações para o desenvolvimento do desporto local e das suas políticas. Para tal, recorreu-se à metodologia de natureza qualitativa, através da realização de entrevistas aos decisores políticos do desporto dos municípios de Guimarães, da Maia, de Gondomar e de Braga, à análise dos documentos relativos às candidaturas ao prémio CED e respetivos relatórios finais. Os resultados obtidos basearam-se na análise do conteúdo das entrevistas realizadas e dos documentos antes mencionados.

Assim, os resultados foram: (i) os municípios cumpriram com os objetivos e programas de atividades estabelecidos nas candidaturas; (ii) a CED foi importante para o desenvolvimento do desporto e das suas políticas nos municípios; (iii) as políticas do desporto municipal direcionaram-se para o desporto para todos, sendo os cidadãos o principal foco (porém, não esqueceram o restante desenvolvimento desportivo, relativo às associações, infraestruturas, entidades parceiras e eventos desportivos); (iv) após o ano CED foi assinalável o crescimento desportivo nos municípios em diversas vertentes (associativismo, eventos e taxa de participação desportiva).

Conclui-se que a CED determinou um conjunto de implicações que se refletem na melhoria das políticas do desporto municipal, destacando a incidência na oferta desportiva a todos os cidadãos, na promoção do desporto como um fator de valorização social na comunidade, na organização de numerosos eventos, no investimento em infraestruturas desportivas, e no seu reconhecimento internacional.

PALAVRAS-CHAVE: GESTÃO DO DESPORTO, POLÍTICAS PÚBLICAS DO DESPORTO, MUNICÍPIOS, *ACES EUROPE*, CIDADE EUROPEIA DO DESPORTO

ABSTRACT

The local authorities, more specifically the municipalities, are the public entities closest to the community that implement municipal sport policies, acting in the perspective that sport is a right of all citizens. At European level, the European Capitals and Cities of Sport Federation (ACES Europe) awards the European Sport City (CED) prize to the winning candidate cities.

Thus, the present study aimed to identify the implications for the development of local sport and its policies in the cities that obtained the CED award. For such, the qualitative methodology was used, through interviews to sports policy makers in the municipalities of Guimarães, Maia, Gondomar and Braga, the analysis of the documents related to the applications for the CED prize and the respective final reports. The results obtained were based on the analysis of the content of the interviews and the documents mentioned above.

Thus, the results were: (i) the municipalities complied with the objectives and activity programs established in the applications; (ii) CED was important for the development of sport and its policies in the municipalities; (iii) municipal sports policies were directed towards sport for all, with citizens being the main focus (however, they did not forget the remaining sports development, relating to associations, infrastructure, partner entities and sporting events); (iv) after the CED year, sports growth in the municipalities was remarkable in several aspects (associations, events and sports participation rate).

It is concluded that the CED determined a set of implications that are reflected in the improvement of municipal sports policies, highlighting the impact on sports offer to all citizens, in the promotion of sport as a factor of social valorization in the community, in the organization of numerous events, investment in sports infrastructure, and international recognition.

KEYWORDS: SPORT MANAGEMENT, SPORTS PUBLIC POLICIES, MUNICIPALITIES, ACES EUROPE, EUROPEAN CITY OF SPORT

LISTA DE ABREVIATURAS

ACES Europe – European Capitals and Cities of Sport Federation

AMP – Área Metropolitana do Porto

CED – Cidade Europeia do Desporto

CRP – Constituição da República Portuguesa

FADEUP – Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

IPDJ – Instituto Português do Desporto e da Juventude

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISMAI – Instituto Universitário da Maia

LBAD – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto

TAFISA – *The Association For International Sport for All*

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade é possível observar a grande evolução da sociedade, do desporto e das respetivas políticas do desporto.

A sociedade cada vez mais valoriza o desporto e a atividade física pelas vantagens que lhe são atribuídas, como uma melhor saúde e bem-estar físico e psicológico, o lazer e o prazer.

Provavelmente por isso, há cada vez mais praticantes, mas também espectadores desportivos. Utilizando as palavras de Amado (2003), referenciado em Carvalho et al. (2012), o desporto pauta a vida quotidiana do planeta, enquanto fenómeno quase omnipresente, para os que o praticam (e são bastantes), para os que a ele assistem (e são muitos) e para os que dele falam (e são quase todos).

Para Carvalho et al. (2016) o desporto é um fator de valorização humana, que tem como objetivo desenvolver a integração social dos cidadãos, presumindo uma relação e cooperação com diversos setores, entre outros, a educação, cultura, saúde ou a economia.

Em concordância com esta ideia, Costa (2010) cita que com o passar do tempo, o valor do desporto tem-se salientado. Desses valores enfatizam-se os valores educativos, morais, estéticos, os benefícios da saúde e do bem-estar das populações.

E, por isso, Carvalho et al. (2016), defendem que as entidades governativas têm a responsabilidade de desenvolver políticas e ações que consistam em garantir a todos o direito ao desporto, desde a formação, recreação e competição (seja de alto rendimento ou profissional).

Anos antes, Januário (2010), sublinhava que uma dessas entidades governativas era exatamente a autarquia que possibilitava a verdadeira democratização do desporto ao disponibilizar vários projetos aos seus cidadãos. Realçava que só desta forma se construía o direito ao desporto como um dos pilares de uma autarquia, sempre com base no bem-estar do munícipe.

Daí que mais recentemente Carvalho et al. (2012) refiram que em relação aos constituintes das autarquias locais, os municípios são as entidades incentivadoras do desenvolvimento desportivo local e que tem assumido um grande protagonismo no panorama nacional nas últimas três décadas.

Como tal, uma das entidades públicas mais próxima dos cidadãos e que lhes pode facultar os meios para esta prática desportiva são os municípios. Desta forma, existem políticas do desporto municipal que são elaboradas e que devem ser adequadas às necessidades da população local, tal como os autores que temos vindo a citar.

Mais acrescenta Vasconcelos (2006), ao referir que as câmaras municipais são responsáveis pela promoção das atividades desportivas, independentemente do dinamismo do movimento associativo, pois nem sempre conseguem fomentar a generalização do acesso à prática desportiva, assegurando as qualidades necessárias.

Deste modo, Matos, V. (2013) reconhece que as motivações e interesses dos cidadãos, relativamente à prática desportiva, são muito diferenciadas, e diante disso há uma necessidade de adaptar as práticas desportivas tradicionais, onde o foco está no desporto federado e de competição. Evidencia também que as práticas informais, com o propósito de melhorar o bem-estar e a saúde, entre outros, surgem na sociedade, e exigem uma adaptação das políticas públicas locais, no seguimento de colmatar as novas necessidades dos munícipes.

De realçar que, segundo o *Special Eurobarometer* (2014), apenas 39% das pessoas que responderam aos inquéritos feitos referiram que as autarquias locais não fazem o suficiente para proporcionar aos cidadãos as oportunidades de serem fisicamente ativos, enquanto 52% das pessoas que responderam aos inquéritos concordam que as autarquias locais fazem o suficiente para proporcionar aos cidadãos as oportunidades de serem fisicamente ativos.

Passados três anos, e segundo o *Special Eurobarometer* (2017), a percentagem de pessoas que responderam aos inquéritos feitos relativamente às autarquias locais não fazerem o suficiente para proporcionar aos cidadãos as oportunidades

de serem fisicamente ativos mantém-se (39%) em comparação com os inquéritos de 2014. Por sua vez, 49% das pessoas que responderam aos inquéritos feitos referem que as autarquias locais fazem o suficiente para proporcionar aos cidadãos as oportunidades de serem fisicamente ativos, verifica-se que esta percentagem é inferior aos inquéritos realizados em 2014.

Efetivamente, são prémios como a Cidade Europeia do Desporto (objeto de investigação nesta dissertação) que podem contribuir para que as autarquias locais proporcionem aos cidadãos variados programas de atividade física e do desporto.

Na verdade, as cidades europeias podem candidatar-se a um prémio de Cidade Europeia do Desporto (CED), atribuído pela organização *European Capitals and Cities of Sport Federation (ACES Europe)*, tendo de cumprir determinados requisitos impostos por esta entidade para que lhe seja atribuído aquele prémio. Com este título ou prémio as cidades elaboram um dossiê de candidatura com todas as informações sobre a cidade candidata e sobre todo o sistema desportivo dessa cidade. Após terem vencido a candidatura idealizam, organizam e promovem, durante um ano, variadíssimos programas, projetos e eventos de vários domínios sociais, com especial foco no desporto, sendo nesse ano intitulada "Cidade Europeia do Desporto" do seu país.

Por tudo o que expusemos, foi suscitada uma enorme curiosidade em adquirir mais conhecimento sobre as políticas do desporto nos municípios e a relação com o prémio CED, que nos levaram a determinadas questões na investigação.

Assim, a questão inicial que colocamos é a seguinte:

- Quais as implicações do prémio Cidade Europeia do Desporto para o desenvolvimento do desporto local?

Provindo desta questão inicial o objetivo geral do estudo é identificar nas cidades que obtiveram a premiação de CED as implicações para o desenvolvimento do desporto local e das suas políticas.

Como objetivos específicos deste estudo podemos identificar:

- Analisar as candidaturas ao prémio CED verificando se os municípios cumpriram com o que propuseram;
- Identificar as políticas do desporto dos municípios enquanto CED;
- Analisar a concretização de ser uma CED nos municípios;
- Investigar as implicações do título CED para o desenvolvimento desportivo local.

Estrutura da dissertação

No que concerne à estrutura da presente dissertação tivemos preocupações na sua organização e harmonia, por isso a seguir a esta introdução são apresentados três capítulos, seguidos das considerações finais, das limitações do estudo, das referências bibliográficas e dos anexos.

No primeiro capítulo pretende-se contextualizar, através da revisão de literatura, as diferentes temáticas como os conceitos e a regulação do desporto, as políticas do desporto nos municípios, as autarquias locais e o desporto, os modelos de intervenção das autarquias locais, o enquadramento legal correspondente a esta temática, e, por último, aborda-se os aspetos referentes à organização *European Capitals and Cities of Sport Federation* (*ACES Europe*).

O segundo capítulo corresponde à descrição da metodologia do estudo, identificando os municípios investigados, os métodos a ser utilizados para a recolha de informações e os procedimentos para a sua respetiva análise.

No terceiro capítulo são apresentados e discutidos os resultados do presente estudo relativamente às candidaturas e relatórios dos municípios a CED, assim aos substratos das entrevistas realizadas.

CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

1. Os conceitos e a regulação do desporto

A relevância social, cultural e económica do fenómeno do desporto não advém dos dias de hoje. O desporto é um verdadeiro fenómeno cultural do mundo contemporâneo (Sérgio,1974). E segundo Mcintosh (1975), o desporto sempre nasceu em sociedades civilizadas independentemente de o ambiente lhe ser ou não favorável.

Efetivamente, se nos reportarmos à origem do desporto moderno, Constantino (1999, p. 7) afirma que é um "*produto social cuja génese está intimamente associada ao desenvolvimento da sociedade industrial"*. Em sentido idêntico afirmam Carvalho et al. (2012, p.44) que tal origem "teve o seu berço em Inglaterra e esteve associada à afirmação do capitalismo industrial do século XIX".

Como se sabe, quer a realidade do fenómeno da atividade desportiva, quer os conceitos relativos ao desporto foram evoluindo. Daí que destacaremos alguns desses conceitos, por se relevarem dos mais importantes e mencionados por autores consagrados.

Citado por Pires (2007, p. 115), Pierre Coubertin em 1934, definia desporto como *"um culto voluntário e habitual de exercício muscular intenso suscitado pelo desejo de progresso e não hesitando em ir até ao risco".*

Para Claeys (1987), as definições de desporto eram associadas a quatro elementos básicos como o movimento, tempo de lazer, a competição e a institucionalização. Desta forma, a partir da sua perspetiva, o movimento está então relacionado com a atividade física, o lazer a tudo o que envolve o lado recreativo e lúdico, a competição conexa à rivalidade e à *performance*, e, por último, a institucionalização que remete a um desporto organizado, que se rege através de regras específicas.

Por outro lado, o desporto segundo Pires (1988, p. 102) tem relação com diversos sentidos, tais como *"(...) exercício físico, competição, desafio, esforço, luta, apetrechos, estratégia e tática, princípios, objetivos, instituições, regras,*

classificações, tempo livre, jogo, vertigem, competição, aventura, investigação, dinheiro, lazer, sorte, rendimento, simulação, códigos, resultados, prestações, treino, força, destreza, medição, tempo, espaço, beleza, medida, voluntarismo, morte, etc.".

Como acima referido, da mesma forma que a sociedade evoluiu, o conceito de desporto também acompanha essa evolução. Nesse sentido se expressa Calléde (1991) ao mencionar que o desporto é considerado um fenómeno de repercussão social.

Entre nós, e sustentado por Carvalho (1994), o desporto deixou de ser unicamente direcionado para o exercício muscular, para ser um desporto mais abrangente e relacionado com outras áreas, como o desporto do tempo livre, da educação, da manutenção, da recuperação e reeducação, da melhoria de saúde, da recomposição da capacidade psicofísica de trabalho, do espetáculo e do profissionalismo. Também Rosário (1996), afirmava que o desporto podia ou deveria constituir um dos mais nobres e vivos espaços de criação cultural, usufruindo da liberdade que lhe era atribuída.

No entendimento de Constantino (1999) no desporto prevalecem os sentidos e valores, a ética e a cultura, onde a competição é dominante e o rendimento um fator decisivo. E adianta este autor que é possível considerar o desporto como uma prática social onde se pode obter benefícios para a qualidade de vida das populações (Constantino, 2010).

Não podemos deixar de sublinhar um dos conceitos de desporto fundamentado pelos Ministros do Desporto do Conselho da Europa que declararam, no artigo 2.º, n.º 1, al. a) da Carta Europeia do Desporto (1992)[1], o seguinte:

> *«Entende-se por "desporto" todas as formas de actividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o*

[1] *A Carta Europeia do Desporto foi aprovada em 1992, por ocasião da 7.ª Conferência dos Ministros do Desporto dos Estados-Membros do Conselho da Europa, tendo sido adoptada na 480.ª reunião do Comité de Ministros, de 24 de Setembro de 1992, e revista em 2001, por ocasião da 752.ª reunião do Comité de Ministros, de 16 de maio de 2001.*

desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.»

Teremos também de referir que o desporto é analisado sob perspetivas distintas. Uma perspetiva associada ao desporto de elite, onde só os melhores atletas participam, de forma a contribuir para o desporto de espetáculo. Uma outra perspetiva, e cada vez mais atual, dirige-se ao desporto que abrange várias áreas, como o desporto de lazer, de recreação, de reabilitação ou num sentido inclusivo ao desporto adaptado e para populações com determinadas especificidades. Dito por outras palavras, um desporto para todos os cidadãos independentemente da faixa etária, do sexo, da condição social, entre muitos outros critérios.

Nos dias de hoje, não só os melhores têm lugar garantido no desporto, pois cada vez mais deve ser desenvolvido para que possa abarcar todos os cidadãos. Neste sentido, nas palavras de Melo de Carvalho (1998), a atividade desportiva tem de ser criada, nas suas formas, conteúdo e finalidades, e ser dirigida a toda a população.

De modo semelhante, Constantino (1994), considera o desenvolvimento do desporto, através de uma perspetiva humanista, e que passará menos pela leitura do quadro de medalhas olímpicas conquistadas, e mais pelas relações que o cidadão estabeleça com o desporto, os seus hábitos, as suas condições de frequência, o regime de regularidade, e os indicadores de saúde e bem-estar. Ou seja, para este autor não bastará considerar apenas o campeão, o talentoso, o “fora-de-série”, ou o medalhado, mas sobretudo os indivíduos, querendo sublinhar que o Desporto do futuro será o desporto dos cidadãos, idealizado e construído à medida de cada um.

Entendimento este que também pode ser analisado através do contributo de Marivoet (1998), ao enunciar que o desporto para todos começou a ter mais relevância para contrariar o sedentarismo que começou a acentuar-se na sociedade e que levou à democratização do acesso ao desporto para todos, a fim de existir um equilíbrio na qualidade de vida das pessoas.

Efetivamente, o direito ao desporto está consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP), no Capítulo III, Artigo 79.º (Cultura física e desporto), no sentido de que:

> *"1. Todos têm direito à cultura física e ao desporto.*
>
> *2. Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto."*

Em complemento, para a compreensão de um desporto mais igualitário está determinado na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD), no seu Artigo 2.º (Princípios da universalidade e da igualdade), o seguinte:

> *"1. Todos têm direito à actividade física e desportiva, independentemente da sua ascendência, sexo, raça, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.*
>
> *2. A actividade física e o desporto devem contribuir para a promoção de uma situação equilibrada e não discriminatória entre homens e mulheres.".*

Ao nível europeu, designadamente para a Comissão Europeia, o desporto é fundamental, pois colabora para a coesão económica, social, e para uma crescente integração na sociedade. Assim sendo, a Comissão Europeia (2017), sublinha que todos os europeus devem ter acesso ao desporto, tendo em conta as necessidades e as situações específicas dos grupos sub-representados. Bem como o papel especial que o desporto pode representar para os jovens, para as pessoas com deficiência e para os mais desfavorecidos, podendo facilitar a integração na sociedade dos migrantes, das pessoas de origem estrangeira e promover o diálogo intercultural.

Em suma, o desporto continuará em constante evolução, seja nas múltiplas áreas que engloba, na forma como é pensado e posto em prática, como também a quem é direcionado. O desporto de competição não deixou nem deixará de

existir, pois representa uma grande parte do desporto mundial que também é imprescindível na sociedade. Todavia, ainda existe uma grande parte da população adepta do desporto de tempo-livre, lazer, recreação, entre outros, que não pode ser esquecida, e como tal deve continuar a crescer o acesso e a oferta de um desporto para todos.

2. As políticas do desporto nos municípios

Ao longo destas páginas estarão enunciadas temáticas que se encontram presentes na nossa sociedade, fazendo referência, de uma forma geral, ao conceito de política, e de uma forma mais específica às políticas públicas do desporto. Porém, as políticas do desporto no município é a temática de interesse deste estudo.

Começando por um conceito geral de política, referimos Carvalho et al. (2012, p. 47), que partiu de entendimentos de vários autores para concluir que quando numa sociedade se julga, concilia ou encontra uma solução para as adversidades, e, posteriormente se decide, isto significa estar no domínio da política, ou quando simplesmente se está perante a "arte de governar".

A política tem obviamente as suas funções, e, segundo Constantino (1999), as três funções que competem à política são definir os objetivos, traçar as orientações e determinar as estratégias.

No caso de as políticas serem públicas significa que existe um governo com poder para tomar decisões por ação ou omissão. Com base em Correia (2009) as políticas públicas são o estudo da natureza, causa e efeitos que envolve um conjunto diverso de abordagens e disciplinas que intersetam formas de conhecimento da realidade e acontecimentos que a constituem e interpretam a racionalidade a que está submetida as várias decisões políticas.

Nesta perspetiva, Januário (2011), considera que se pode afirmar que as políticas públicas necessitam de uma intervenção do governo, e são consideradas públicas quando derivam da responsabilidade desse mesmo governo e/ou das autoridades locais em função de um objetivo público. Acrescentando que as políticas públicas requerem recursos materiais e humanos para a resolução de problemas públicos, com vista à melhoria das realidades sociais, e assim assegurarem resultados políticos.

No entanto, para além do que as políticas públicas requerem, Bonafont (2004, p. 34), citado em Januário (2011, p. 30), identifica cinco etapas no processo de elaboração das políticas públicas, nomeadamente:

1. "*Identificação do problema por parte do sistema político e inclusão na agenda política governamental*;

2. *Formulação de uma solução ou procura de soluções para definir o problema, os objectivos a alcançar e possíveis estratégias*;

3. *Tomada de decisão acerca das soluções propostas*;

4. *Implementação da acção*;

5. *Avaliação dos resultados"*.

O presente estudo está relacionado com o desporto e como tal é importante que as políticas públicas revistas na literatura sejam direcionadas para as políticas públicas do desporto.

Desta forma quando a política é aplicada ao desporto expressa o poder do Estado sobre as instituições que dirigem o desporto, assim como a organização e a forma como orientam as atividades que respeitam a comunidade, tal como menciona Feio (1978).

Como vários autores referem, Paz (1973), foi um dos primeiros a publicar um trabalho sobre as medidas políticas e administrativas relativamente ao desporto (Pires, 2007; Januário, 2011). O principal objetivo do seu estudo era determinar os conceitos base que deverão sustentar uma política do desporto, e que são o nível desportivo, a situação desportiva e os fatores de desenvolvimento.

De outro modo, o conceito de política do desporto defendido por Clayes (1987) era direcionado para uma perspetiva, na qual os cidadãos tinham uma forte participação tanto na conceção como na realização das atividades desportivas.

Sendo este estudo direcionado para as políticas do desporto nos municípios passaremos de seguida a tratar desta temática.

Januário (2011) sugere que a elaboração de uma política do desporto municipal seja uma política de cooperação entre os agentes do desporto local no sentido competitivo e de convergência positiva com o respetivo pelouro de desporto dos

municípios. Por outro lado, este autor defende que o êxito ou o fracasso das atividades desportivas não deve ser apenas da responsabilidade do município, mas sim de todo o sistema desportivo local (escolar, universitário, associativo, entre outros).

Seguindo o mesmo pensamento, que o cidadão é o principal foco das políticas do desporto municipal, podemos dizer que, em concordância com Melo de Carvalho (1994); Gallardo e Jiménez (2004); Pires (2007); e Correia (2009), a política do desporto municipal é estruturada a pensar na realidade local. Porém realçando as suas formas de ação sobre uma base de conceção moderna e humanizadora da prática desportiva, pensando sempre que o desporto é estruturado com e para os cidadãos, consideram essencial a igualdade de oportunidades de escolha em relação a todas as dimensões da prática desportiva, independentemente da condição socioeconómica.

Inclusivamente, Constantino (1999), afirma que o desporto é um direito dos cidadãos. Como tal, os clubes e as restantes entidades desportivas têm de garantir o exercício desse direito, bem como os poderes públicos, neste caso as autarquias locais, no apoio e colaboração com aquelas entidades.

Na opinião de Melo de Carvalho (1998) e Constantino (2003) uma política elaborada pelas autarquias locais têm de partir das finalidades, passar à definição de objetivos claros, opções financeiras, e de seguida estruturar as atividades, para que se possa garantir a otimização dos meios utilizados e uma perspetiva correta para o desenvolvimento do desporto no município, tendo sempre em conta que o desporto é um direito social.

Na mesma perspetiva Drucker (1997) considera que as políticas só se concretizam quando estão associadas a pessoas capacitadas, orientadas e avaliadas, que têm de cumprir com prazos, assumindo posteriormente os resultados.

Com base nas palavras de Godinho (1997), citado em Januário (2011), o desenvolvimento do desporto municipal deve assumir um carácter instrumental. E segundo Povill (2003), anteriormente à conceção de qualquer política do

desporto municipal deve ser realizado um estudo sobre a realidade desportiva, e posteriormente definir uma estratégia, as fases de ação, os meios, e as áreas de intervenção.

Bem como para Bayeux e Dupuis (2003), citados por Januário (2011), é importante uma avaliação à política do desporto municipal, por sua vez à eficácia dos programas, equipamentos, e meios, de forma a esclarecer os decisores políticos, e tendo em conta a definição do público-alvo, a qualidade do serviço, os organizadores e o tipo de prática desportiva.

Dessa forma, segundo Melo de Carvalho (1994) é preciso averiguar as necessidades dos cidadãos, que considera serem a necessidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento, a reconstrução da condição física, o convívio social, a formação e a educação cultural, o contacto com a natureza e o relaxamento, e a exploração do próprio corpo pondo-o à prova das suas capacidades máximas. Este autor na mesma obra sugere as quatro grandes dimensões do desenvolvimento do desporto local: as atividades físicas e desportivas relacionadas com o sistema educativo presentes em crianças e jovens durante todo o período de seu crescimento; as atividades físicas e desportivas numa perspetiva de desenvolvimento sociocultural presente nos tempos-livres; as atividades físicas e desportivas dirigidas aos ditos grupos especiais; e, por fim, as atividades físicas e desportivas de alto rendimento.

Em jeito de conclusão desta temática, e com base nas palavras de Januário (2011), podemos afirmar que a política pública do desporto é um sistema constituído por subsistemas, que requer a convergência das políticas públicas pelos vários poderes (central, local e regional) com as políticas associativas e do setor privado.

Contudo, nos dias de hoje continua a ser necessário averiguar quais são as melhores opções para determinar uma política pública do desporto, no sentido do desenvolvimento do desporto como fator positivo para a qualidade de vida dos cidadãos. E como afirma (Januário, 2011) isto passa por aumentar o grau de satisfação dos cidadãos através dos serviços desportivos concedidos, de

forma a ter munícipes satisfeitos, e para isso as políticas do desporto devem ser globais, integradoras e sistémicas.

3. As autarquias locais e o desporto

3.1 O surgimento das autarquias locais

A expressão “autarquias locais” apareceu oficialmente, na Constituição de 1933 e depois no Código Administrativo de 1936 e significa, segundo Moreira (2003), citado em Januário (2011), a capacidade de exercer poderes de autoridade administrativa, neste contexto local, comparativamente ao Estado.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, em Portugal, as autarquias locais começaram a desenvolver-se ainda mais, sendo que a sua ação, apesar de desigual e muito diferenciada de caso para caso, aumentou constantemente durante a década de 80, como enuncia Melo de Carvalho (1994).

A par das autarquias locais, o desporto português também começou a ter uma importância na sociedade a partir da “Revolução dos Cravos”, como afirma o mesmo autor (1994), o desporto manifestou-se como um facto social novo e fortaleceu-se desde 1974 até aos dias de hoje, constatando através do aumento da consciência da população de que o acesso à prática desportiva é um direito que lhes assiste.

Os municípios passaram a ter um papel cada vez mais significativos até ao final da década de 70, porque no fim de 1979, com a saída da primeira Lei das Finanças Locais, as Câmaras Municipais puderam rapidamente iniciar a sua ação no domínio da promoção e desenvolvimento das práticas desportivas, assim como ao desenvolvimento global dos municípios, acrescenta Melo de Carvalho (1994).

De acordo com Constantino (1994), foi possível perceber que houve um crescimento no número de entidades dedicadas à prática do desporto, desde os clubes, as associações e federações desportivas, até à própria escola que recebeu o desporto.

Contudo, o mesmo autor, Constantino (1994), enuncia o surgimento do Estado como promotor da oferta pública desportiva, respondendo às expectativas, necessidades e motivações da população, que o setor privado, os clubes e outros organismos desportivos não conseguiam alcançar.

3.2 A estrutura das autarquias locais

A autarquia local constitui a primeira frente do poder político e o seu rosto mais próximo dos cidadãos, exercendo o princípio da subsidiariedade, como afirma Januário (2011). Este autor na mesma obra acrescenta que em Portugal Continental são consideradas como autarquias locais as freguesias, os municípios e as regiões administrativas, sendo que a administração local inclui as associações de municípios e de freguesias, as áreas metropolitanas, os serviços municipalizados e as empresas municipais e intermunicipais.

Relativamente à estrutura orgânica dos pelouros do desporto, Constantino (1999), afirma que são muito diferenciadas, desde o departamento, a divisão e o sector, e podem ser uma forma de agregação, ou não, do desporto a outras áreas de intervenção social das autarquias. Continua afirmando que dentro de uma autarquia os processos de organização e gestão devem ter estruturas, a nível dos meios humanos, técnicos e materiais, organizadas e capazes de responder aos desafios e problemas que requer o desenvolvimento do desporto local.

Questão pertinente, também referida por Constantino (1999), sobre o que se passa quando existe um pelouro do desporto, é a existência de um vereador ser muitas das vezes ultrapassada, ou até ignorada pelo presidente do órgão, o que resulta em situações onde a liderança de todo o processo desportivo surge fragmentada pela intromissão constante de vários poderes.

Para Januário (2011) o papel do município é o de promover a melhoria das condições de vida das suas populações. Nada obstante, considera que a freguesia consiste na autarquia local que está mais próxima dos cidadãos, o que segundo Amaral (1998), citado em Januário (2011), é praticamente inexistente esta situação noutros países, considerando uma originalidade do nosso sistema autárquico.

De uma forma generalizada, para os autores mencionados anteriormente e, sobretudo para Januário (2011), as autarquias locais têm atribuições e competências que estão associadas à satisfação das carências das

comunidades locais, ao desenvolvimento socioeconómico, ao ordenamento do território, ao abastecimento público, ao saneamento básico, ao ambiente, ao desporto, à saúde, à educação e à cultura, bem como à responsabilidade de um número cada vez maior de prestações de serviços públicos, para a satisfação das necessidades coletivas.

3.3 A presença do desporto nas autarquias locais

As autarquias locais tanto na decisão dos seus objetivos, como na gestão, e na definição de novas políticas e estratégias em prol de uma mudança nas pessoas e na sociedade, devem ser criativas e inovadora, segundo a opinião de Drucker (1997).

A presença do desporto sempre esteve presente nos planos das autarquias locais. Todavia, no ponto de vista de Sarmento (2000), Serôdio (2001), citados em Januário (2011), e também do próprio autor Januário (2011) é fundamental estabelecer qual o conteúdo do produto desportivo que a autarquia quer apoiar, potenciar e desenvolver, tal como as autarquias têm de coordenar e interligar os diversos níveis de intervenção, concomitantemente, a disponibilização de recursos materiais, humanos e financeiros.

Na opinião de Graça (1994) a autarquia tem um papel indispensável que é o de promover a melhoria das condições de vida da população, assim como o desporto, quando corretamente orientado, é um importante contributo para o progresso social, e para o desenvolvimento integrado numa região. Justifica a autora que o desporto é importante no processo de formação da criança e do jovem, promove a saúde dos indivíduos, coopera na inclusão social, lutando contra a marginalização e discriminação, desempenha um fundamental papel cultural, e, por fim, constitui um fator de desenvolvimento na educação, no turismo e no tempo livre.

Ainda na mesma perspetiva, Custódio (1998) acrescenta que a autarquia tem um papel essencial no desenvolvimento do desporto junto dos cidadãos, justamente por ser a administração pública mais próxima dos problemas e

necessidades da vida quotidiana. As autarquias não têm apenas a obrigação de fazer a construção e manutenção dos equipamentos desportivos, mas têm todos os fatores que permitem um acesso real à prática do desporto.

No entanto, Graça (1994, p. 23) faz referência à importância que as autarquias devem dar ao movimento associativo, pois a maioria dos clubes desportivos direcionam as suas solicitações para o poder local, seja a nível financeiro e/ou material, ou até relativamente à cedência de infraestruturas ou terrenos, pois é habitual a Administração Central "voltar-lhes as costas", e como tal é imprescindível que a autarquia e todo o movimento associativo encontrem o melhor modelo possível que beneficie os interesses da população local, através da definição de uma política do desporto que insira um "Plano de Apoios ao Movimento Associativo".

Mais minucioso é Constantino (1999) nesta temática, que caracteriza os clubes desportivos como sendo associações privadas, que garantem um conjunto de serviços aos seus associados, como praticarem desporto de formação, de competição e de manutenção. E, portanto, não é dever dos clubes desportivos garantir um acesso universal e gratuito do ensino da educação física e do desporto na escola, mas sim é obrigação do sistema público de ensino, com isto se quer dizer, responsabilidade do Estado. Sendo a escola e os clubes dois momentos distintos, que tem um mesmo objetivo e função que é garantir ao cidadão o direito à prática do desporto.

As decisões desportivas tomadas pelas autarquias não são tarefa fácil, e são uma das preocupações dos decisores políticos. Em Portugal o desporto local é uma realidade, refere Gomes (1986). Já Pires (1989), mencionado em Januário (2011), aponta que o futuro do desenvolvimento do desporto vai passar pelas Câmaras Municipais, e Cubillas (2006), citado em Januário (2011), declara que o desporto municipal tem um posicionamento sólido no desporto geral, que em contexto europeu o "desporto para todos", hoje pode ser identificado e classificado de desporto municipal.

O município tem de ser responsável pelo enquadramento e reorganização da prática desportiva, assumindo maiores responsabilidades, transformando-se

numa entidade mediadora de todas ou de uma grande parte das ações realizadas no concelho, com o objetivo de promover e desenvolver o desporto local, afirma Januário (2011).

Tendo em conta a definição da política do desporto municipal pelos diversos municípios, os seguintes autores Graça (1994), Constantino (1994), Mota (1998), Constantino (1999), e Carvalho (2004) mencionam que esta só deve responder a interesses relativos à democratização do desporto, estabelecendo como prioridades as seguintes reflexões sobre esta temática:

- O desporto deve ser compreendido como um fator a incluir no planeamento do município;
- O planeamento da prática desportiva no município deve responder às realidades do próprio município, promovendo a participação da população, de forma a abranger os vários agentes locais, como os diferentes órgãos, as instituições, o associativismo desportivo e as entidades privadas;
- O plano de desenvolvimento do município deve claramente incluir um plano do desporto municipal que estabeleça a definição de estratégias, os meios a mobilizar e as fases de ação;
- O desenvolvimento do desporto no município deve integrar programas e projetos de atividades desportivas diversificadas e generalizadas a vários públicos-alvo como as crianças, mulheres, pessoas com deficiência, os jovens, os idosos, os professores, os técnicos, os dirigentes, e os praticantes de alta competição. Deste modo, promovendo o combate à discriminação em razão da raça, da origem, do género ou quaisquer outras circunstâncias pessoais, na integração de minorias, procurando aumentar os níveis de participação e frequência no desporto e na vida social, responder às necessidades e carências dos cidadãos, enriquecendo as suas condições de vida. E, também deve explorar todo o potencial do desporto na vertente escolar, de competição, nos eventos e no turismo da região;

- A criança e o jovem devem ter possibilidades de praticar o desporto na escola e fora da escola;
- A publicação de documentação que suporte os projetos e atividades a desencadear por todos os agentes desportivos, inclusive dos seus próprios serviços;
- O lançamento de ações de mobilização e formação de todos os agentes desportivos em coadjuvação com outras instituições de formação;
- O município, e até mesmo as entidades governativas a nível nacional, devem promover a saúde considerando-a como um objetivo de natureza social, que o desporto pode e deve dar uma significativa colaboração. E, portanto, tem de haver uma diversidade de espaços públicos como os percursos pedonais, as pistas cicláveis, os parques, os terrenos de jogo e de aventura, os circuitos de manutenção, os planos de água, disponíveis a todos os cidadãos. Todavia, a saúde não é uma responsabilidade apenas do poder local, mas também do cidadão individualmente;
- No planeamento do desenvolvimento do município também deve integrar o Plano de Equipamentos com a criação de infraestruturas desportivas detalhadas. A criação de uma rede de equipamentos públicos são contruídas de forma a facilitar o acesso à prática desportiva, planeados a pensar nas necessidades dos cidadãos;
- A gestão dos equipamentos assume também uma grande importância para o município apostando numa gestão modernizada. O uso das instalações desportivas, dos espaços desportivos e a participação do cidadão devem ser geridas e regulamentadas de maneira a potenciar a utilização do espaço público.

O autor Pires (2000), citado em Januário (2011) faz referência aos fatores de desenvolvimento desportivos no caso português, e considera-os como o conjunto dos agentes, meios e instrumentos que permitem o processo de desenvolvimento desportivo. Segundo o autor, devem combinar-se entre si de modo a complementar-se e produzirem um efeito sinérgico, transformando-se em aspetos fundamentais das políticas desportivas.

Os doze fatores de desenvolvimento desportivo considerados pelo autor são a orgânica dos organismos governamentais e não governamentais nacionais e internacionais; as atividades desportivas generalizadas para determinados público-alvo; a utilização do marketing para potencializar e atrair o desporto a uma imagem de marca positiva; a formação aos quadros humanos intervenientes no processo desportivo; a documentação literária que aborda a relação entre a política pública local e o desporto; os canais de transmissão da informação desportiva; as instalações desportivas destinadas à prática das diferentes modalidades; o apetrechamento desportivo, ou seja os equipamentos leves e pesados, individuais e coletivos; os recursos humanos, sejam eles os praticantes, os técnicos, os dirigentes e os espectadores; o financiamento necessário ao desenvolvimento das práticas desportivas; as questões normativas que regulamentam e configuram o sistema desportivo; e os métodos de gestão do desporto.
Relativamente aos fatores de desenvolvimento desportivo enunciam Carvalho et al. (2017) que são as instalações desportivas, os espaços naturais de recreio e de desporto, os hábitos desportivos, o associativismo desportivo, a condição física da população e o enquadramento humano, bem como a identificação da participação em função do género.

Em jeito de conclusão desta abordagem teórica, e de acordo com a opinião de Carvalho, M.ª (2004, p. 122), as autarquias locais sendo consideradas as estruturas da administração mais próximas do quotidiano dos cidadãos surgem como "*entidades privilegiadas na assunção de tais obrigações no âmbito desportivo por parte do Estado*". Com base na mesma autora é possível verificar que a intervenção das autarquias locais no desporto é "*distinta conforme a sua liderança partidária e localização geográfica, que assenta em modelos de organização e gestão diferenciados e que em certos domínios a sua acção é mesmo concretizada à margem das competências e atribuições legais que lhe estão consignadas*".

De forma geral, menciona Carvalho, M.ª (2009), que os municípios foram respondendo às necessidades das populações no plano da construção e manutenção de infraestruturas desportivas, do apoio às estruturas associativas,

e na inserção e desenvolvimento de programas desportivos dirigidos a setores específicos da população ou aos que privilegiassem práticas desportivas diferenciadas das práticas tradicionais.

Corroborando com Constantino (1999) para além dos desafios que as autarquias têm relativamente ao desporto, o autor afirma que as autarquias têm mais um desafio que é fazerem com que as populações adquirem um estilo de vida ativo e saudável, onde a prática desportiva seja considerada indispensável, mas o fundamental é criar uma “onda” de envolvimento e comunicação com as populações, em que a mensagem da prática desportiva esteja constantemente associada à cultura do tempo livre, à manutenção da condição física, à saúde individual, à valorização da qualidade de vida, e à promoção do bem-estar.

4. Os modelos de intervenção das autarquias no desporto

Com base nas referências de diversos autores observa-se que poderão existir modelos no sistema desportivo, sendo eles o modelo liberal, intervencionista, não intervencionista e descentralizado, e modelos referidos nas políticas públicas do desporto nomeadamente o modelo do desporto de elite e o modelo do desporto para todos.

4.1 Modelo liberal, intervencionista, não intervencionista e descentralizado

Com base no testemunho de Gardiner (2001) e Mestre (2004), estes mesmos autores identificam quatro modelos do sistema desportivo:

1. Modelo Liberal: caracteriza-se pela inexistência especifica de legislação, apenas certifica-se das condições materiais favoráveis ao desenvolvimento do desporto em termos financeiros e no apoio à formação e investigação. Os países de exemplo deste modelo são a Alemanha, a Holanda e o Reino Unido;
2. Intervencionista: caracteriza-se pela interferência do Estado, que considera a organização do desporto como um serviço público e é legitimado por uma lei geral e até em alguns casos por disposições constitucionais. Os países de exemplo deste modelo são a França, a Espanha e Portugal;
3. Não Intervencionista: caracteriza-se pela iniciativa dos cidadãos na prática de atividade física, por sua vez a promoção e o desenvolvimento do desporto compete ao movimento associativo desportivo, e o Estado apenas tem de garantir as condições necessárias para a prática do desporto. Como são exemplos os países assinalados no ponto 1, como a Alemanha, a Holanda e o Reino Unido;
4. Descentralizado: caracteriza-se por ter importância para os governos local e regional, caracteriza-se por ter mecanismos de cooperação entre o

poder central e as autoridades local e regional, e coincide com uma multiplicidade de legislação. As Regiões Autonómicas, na Espanha, os Laender, na Alemanha, e as Comunidades Linguísticas, na Bélgica, são exemplos que seguem este modelo descentralizado.

4.2 Modelo desporto de elite e o modelo desporto para todos

Com base nas referências de diversos autores observa-se que poderão existir modelos das políticas públicas do desporto, sendo eles o desporto de elite e o desporto para todos.

Numa sociedade em que quem tem direitos ao acesso e prática do desporto são apenas os considerados atletas de elite, ou seja, os melhores, e tendo em conta que muitos outros indivíduos não tem as mesmas regalias, surge a necessidade de haver equilíbrio entre um desporto para alguns, apesar de esses alguns serem os melhores, e o desporto para todos.

Sustenta assim Constantino (1999) que esta nova ordem desportiva apela à mudança das políticas centradas na satisfação das necessidades coletivas de poucos, para as políticas que respondam às carências individuais de muitos, pois afirma que o direito ao desporto é um direito de todo o cidadão, e que as condições de acesso e de prática não podem inevitavelmente ser apenas pelas formas tradicionais de representação associativa, considerando que o cidadão tem de ser a base do sistema desportivo.

Ainda considera Constantino (1999) que com este pensamento os representantes autárquicos trabalharão no sentido de mais nos cidadãos, no desporto ao alcance de todos, e menos no espetáculo desportivo, no desporto para alguns praticarem e outros apenas assistirem. O que poderá levar, afirma o autor, a quebrar com a vasta acumulação de cargos de decisão política e os cargos de funções no dirigismo desportivo local, que através da sua experiência percebe que é a solução mais completa e adequada para a canalização dos recursos públicos a favor do desenvolvimento desportivo local.

Contudo, o autor, Constantino (1999), esclarece que a própria administração pública local deve ter em atenção ao facto de as políticas para o desporto estarem configuradas num quadro onde não existe um modelo único, mas sim uma pluralidade de respostas a um sistema caracterizado pela sua diversidade, tendo esperança de que o desporto do futuro, será cada vez mais, o desporto dos cidadãos.

De acordo com as palavras de Constantino (1999) nos países europeus, especificamente os países do Norte e do Centro da Europa, com índices de desenvolvimento desportivo, as políticas públicas de apoio ao desporto direcionam-se para as ações que promovem o aumento dos níveis de participação e frequência da prática do desporto por parte dos cidadãos, sendo o reduzido o financiamento público ao desporto profissional. Ao contrário do que se passa em países europeus mais atrasados, onde as políticas públicas permanecem "prisioneiras" de diretrizes que beneficiam o espetáculo desportivo e o apoio à elite desportiva, esquecendo que a prática do desporto é um direito democrático de todos e não apenas uma possibilidade para alguns.

O mesmo autor (1999) ainda faz referência à situação portuguesa enunciando que se indicia um claro afastamento dos indicadores de maior desenvolvimento desportivo dos países europeus, devendo haver uma maior orientação da política do desporto, cujo foco fosse numa outra redistribuição dos recursos financeiros que são colocados à disposição de todo o desporto nacional, e também um forte investimento em ações e programas, que resultassem no aumento dos níveis de participação e frequência das práticas desportivas por parte das populações, isto porque não existe uma política do desporto que, baseada em princípios democráticos, possa ignorar que o sentido essencial da sua ação é o de garantir o exercício do direito à prática do desporto de todos os cidadãos.

Contrariamente à ideia de Constantino sobre não haver um modelo ideal, Caballero (2001), citado em Januário (2011), afirma que é necessária uma intervenção pública no desporto e identifica dois modelos: o desporto de elite e o desporto para todos, sugerindo uma maior atenção dos poderes públicos locais

no desporto para todos nas vertentes educadora, integradora e recreativa, estabelecidos na disponibilização de instalações, de programas e serviços médicos aos munícipes.

Em alguns países ainda se verifica a existência de uma ligação entre o desporto e o governo a várias questões políticas que, segundo Houlihan (1997), incluem a saúde, a inclusão social, o desenvolvimento comunitário, a educação e a conquista do sucesso desportivo de elite.

Segundo Melo de Carvalho (1978) nesta matéria, a autarquia deve promover diversas atividades desportivas direcionadas ao maior número de cidadãos e que respondam às necessidades de manutenção da saúde, da ocupação do tempo livre, do aperfeiçoamento e obtenção de marcas ao maior número de munícipes, às necessidades educativas, formativas e artísticas.

Numa vertente direcionada para o desporto de elite, Costa (1989), afirma que o praticante, na sua essência, está sujeito a um processo implícito de mobilização, seleção e exclusão. Sendo que este praticante, através das palavras de Homem (2006), está inserido numa estrutura de desporto federado, isto é, institucionalizado através de federações de associações que incluem uma licença desportiva e que, por sua vez, integram os clubes. Enuncia ainda que o desporto português precisa de ser encarado numa perspetiva mais integradora, de forma a que todos os agentes desportivos lutem por um objetivo comum.

Consoante o entendimento de alguns autores como Sérgio (1986), Pires (1989) e Cunha (1997), citados em Januário (2011), e Constantino (1994), as políticas de elite canalizam grande parte dos seus recursos reservados para o desporto, dirigem-se a um público-alvo restrito, e reconhecem que toda a política de desenvolvimento do desporto local “alimenta” este modelo, salientando o seu carácter seletivo.

Entretanto, Januário (2011) afirma-o de outra forma, tratando-se de um desporto “fechado” e justificando que se não se disponibilizar ao cidadão comum uma oportunidade de ser praticante, a maioria da população não é incluída devido às exigências de *performance* e do nível desportivo exigidas.

Ao contrário do que está referido acima por Constantino em 1999, sobre não haver um único modelo ideal, anos antes o mesmo autor Constantino (1990), destaca a participação desportiva das pessoas nas atividades, o corte nos processos organizativos da prática desportiva marcadamente seletivos, no apoio ao espetáculo desportivo e na promoção da vila ou da cidade através de iniciativas promovidas pela autarquia.

Na opinião de Melo de Carvalho (1994) os dois modelos são um deles baseado numa vertente económica e mediatizada do desporto, preferindo o sistema seletivo de competição. E o outro modelo baseado numa vertente de serviço público, antecipando a conciliação entre a administração central e local, e referindo o papel decisivo da escola e do movimento associativo.

Através do ponto de vista do mesmo autor, Melo de Carvalho (1994, p. 65), observa-se que aborda significativamente o desporto para todos, pois considera o desporto para todos mais um aspeto da responsabilidade do desporto municipal, já que a sua área de ação é mais ampla e como tal deve ser entendida como "*a totalidade da dinâmica desportiva local*".

Contrariamente ao referido anteriormente há autores que consideram que as políticas públicas do desporto são pensadas em função dos decisores políticos e não tanto nos munícipes, afirma assim Lacoba, C. e Pérez, F. (1995) enunciado em Januário (2011), que as políticas públicas do desporto limitam preferencialmente os objetivos dos decisores políticos e só ocasionalmente direcionam o desporto ao serviço dos munícipes, visto que os governantes têm uma conceção de política pouco profunda e acreditam que na competição encontram maior e melhores oportunidades de reconhecimento público.

Por outro lado, Caballero (2001), citado em Januário (2011), ao referenciar o desporto para todos subdivide-o em:

- Desporto educador de carácter formativo, como a educação física e os jogos pré-desportivos;

- Desporto integrador de carácter inclusivo, como o desporto adaptado, o desporto para a terceira idade, para o sistema prisional e para os imigrantes;
- Desporto recreativo de carácter aprazível e abrangente.

O mesmo autor, Caballero (2001), citado em Januário (2011), menciona as diferentes possibilidades do desporto de elite que são:

- Desporto competição em que o praticante tem uma relação direta, continuada e exclusiva com uma modalidade desportiva, aplicando todo o seu esforço na competição;
- Desporto de alto rendimento em que o praticante está em busca do aperfeiçoamento e a modalidade torna-se a sua profissão, podendo assiduamente resultar num espetáculo desportivo que lhe traga algum rendimento económico;
- Desporto espetáculo é semelhante ao de alto rendimento, no entanto as diferenças estão ao nível das compensações económicas, que são elevadas, assim como o espetáculo desportivo é privilegiado pela afetação dos espectadores, seja ao vivo ou através dos meios de comunicação.

Sendo o desporto português de todos para todos, também outro autor Araújo (2003), concorda que não é democrático continuar a consentir que só resistam os mais fortes, no desporto português, que é como quem diz, os que têm mais dinheiro, numa visão primária ao considerar a economia um fator determinante para quem pratica desporto.

Como tal, Januário (2011) defende que a nível local sejam disponibilizadas as melhores condições aos atletas de eleição, mas considera prioritário que se disponibilize a possibilidade do acesso à prática, ao cidadão comum, apelando que essas condições sejam equilibradas. E, portanto, o mesmo autor, exige à autarquia uma nova política em detrimento dos direitos de todos os munícipes, e não apenas direcionado a determinadas elites, o que resultaria no respeito por todos os indivíduos, enquadrando-os, a cada um, como particular. E como tal, nesta perspetiva, o desporto estaria a ser utilizado como instrumento de

qualidade de vida e de formação de base de todos os munícipes, contrariando a lógica de exclusão.

O mesmo autor Januário (2011) afirma também que apesar de não haver modelos ideais devido às constantes mudanças no setor desportivo, que este modelo deveria ser promovido e/ou copromovido e desenvolvido por todos os municípios, pois suscita da sua estrutura organizativa flexibilidade e abertura permanentes.

Numa perspetiva de entendimento do desporto como prática social, Melo de Carvalho (1978) sustenta que está dependente do nível de desenvolvimento da sociedade, das necessidades económicas e políticas das diferentes classes sociais, e também das tradições próprias de cada comunidade. Já Sérgio (1974), citado em Januário (2011), considera como necessário um processo evolutivo global que providencie aceitáveis padrões de bem-estar material, progresso social e de desenvolvimento cultural e humano.

Ainda numa perspetiva de que o desporto para todos tem de estar cada vez mais presente na nossa sociedade, Constantino (1994), clarifica o conceito de desporto para todos por oposição ao desporto para alguns, definindo-o como um direito que deva ser de todos, independentemente da idade, género ou capacidade de rendimento desportivo e atribui-lhe um valor social e cultural autónomo, apesar da sua expressão exterior enquanto “resultado” ou “marca”. O autor coliga a este panorama as novas modalidades e novas formas de praticar o desporto, provocando a aceitação de diferentes posturas conceptuais, organizativas e políticas para a sua implementação municipal.

Em termos europeus, Januário (2011) afirma que segundo o Comité das Regiões o conceito do desporto para todos caracteriza-se por uma prática desportiva individual, sem ligação às associações desportivas, e focando-se na promoção do bem-estar e da saúde das populações.

Acrescenta que ao entendimento das políticas municipais e respetivas estratégias de desenvolvimento do desporto prevalecem dois modelos:

1. Modelo baseado no desporto de elite, isto é competição e no espetáculo, em que o desporto é tratado como objeto de consumo e o munícipe unicamente como consumidor;
2. Modelo baseado numa prática dirigida a todos, aparentemente capaz de responder às necessidades de qualquer munícipe.

De acordo com o que foi redigido até ao momento podemos verificar que vários autores consideram que os modelos mais sustentados na literatura relativamente à política pública do desporto são a política do desporto de elite e a política do desporto para todos.

Os dois modelos abordados nestas páginas estão presentes nas políticas públicas de vários países, confirmam Brittain (2004), De Bosscher et al. (2009), Elling et al. (2001), Girginov e Sandanski (2008), Green e Collins (2008), Liu (2009), e Puig et al. (2010), que uns países dão mais prioridade ao desporto de elite e outros países ao desporto para todos, assim como outras áreas como a inclusão e a coesão social, a promoção da convivência, o desenvolvimento do próprio país ou de determinadas áreas, e ainda existem países que planeiam as suas próprias políticas públicas do desporto com uma visão mais abrangente, relacionando-as com outras políticas públicas como a saúde ou educação.

Em jeito de conclusão, as autarquias locais não devem ignorar ou até extinguir o seu relacionamento com o desporto de elite, nem estarem apenas focadas no desporto para todos, mas sim fazer com que haja um equilíbrio entre esta pluralidade de sentidos do desporto. Todavia, e concordando com a citação de Constantino (1994) os municípios devem garantir, juntamente com a escola pública, dos clubes e das entidades privadas condições, que no respeito por valores formativos e educativos possibilitem aos cidadãos a prática do Desporto.

5. O enquadramento legal

No que diz respeito às autarquias locais e às políticas públicas é imprescindível ler e analisar a legislação escrita na CRP e na LBAFD.

Iniciando pela CRP, é possível verificar no Título VIII (*Poder Local*), Capítulo I, Artigo 235.º a existência de autarquias locais reconhecidas pelo Estado e a respetiva definição:

> "*A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais; As autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações* respectivas".

No mesmo capítulo, no artigo 236.º são mencionadas as categorias de autarquias locais e as divisões administrativas em Portugal Continental, posto isto, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas.

Assim como, o artigo 237.º refere a descentralização administrativa esclarecendo que:

> "*As atribuições e a organização das autarquias locais, bem como a competência dos seus órgãos, serão reguladas por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa; Compete à assembleia da autarquia local o exercício dos poderes atribuídos pela lei, incluindo aprovar as opções do plano e o orçamento*".

Os artigos supracitados da CRP abordam as autarquias locais de forma generalizada, e como a área de estudo desta investigação é o desporto é necessário passar à leitura e análise de alguns artigos que tem um conteúdo mais específico.

Consequentemente, na LBAFD, no Capítulo I, Artigo 5.º são detalhados os princípios da coordenação, descentralização e colaboração das atribuições e competências da atividade física e no desporto:

"*O Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais articulam e compatibilizam as respectivas intervenções que se repercutem, directa ou indirectamente, no desenvolvimento da actividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências*; *O Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promovem o desenvolvimento da actividade física e do desporto em colaboração com as instituições de ensino, as associações desportivas e as demais entidades, públicas ou privadas, que actuam nestas áreas*."

Conclui-se deste artigo que as autarquias não têm autonomia absoluta nas responsabilidades no âmbito desportivo, mas sim trabalham em cooperação com o poder central e os diversos órgãos locais para o desenvolvimento da atividade física e do desporto.

No que diz respeito à promoção e generalização da atividade física é também um dever das autarquias locais, mas também do Estado e das Regiões Autónomas, como se pode verificar através do que refere o Artigo 6.º do Capítulo II, da LBAFD, que:

> "*Incumbe ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais, a promoção e a generalização da actividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos. Para efeitos do disposto no número anterior, são adoptados programas que visam: a) Criar espaços públicos aptos para a actividade física; b) Incentivar a integração da actividade física nos hábitos de vida quotidianos, bem como a adopção de estilos de vida activa; c) Promover a conciliação da actividade física com a vida pessoal, familiar e profissional*;

No mesmo Capítulo, no Artigo 7.º o desenvolvimento desportivo é atribuído à Administração Pública:

> "*Incumbe à Administração Pública na área do desporto apoiar e desenvolver a prática desportiva regular e de alto rendimento, através da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros, incentivar as*

actividades de formação dos agentes desportivos e exercer funções de fiscalização, nos termos da lei".

Bem como, no que diz respeito à política de infraestruturas e equipamentos desportivos, ainda no mesmo capítulo, no Artigo 8.º, explicita:

"*O Estado, em estreita colaboração com as Regiões Autónomas e com as autarquias locais e entidades privadas, desenvolve uma política integrada de infra-estruturas e equipamentos desportivos com base em critérios de distribuição territorial equilibrada, de valorização ambiental e urbanística e de sustentabilidade desportiva e económica, visando a criação de um parque desportivo diversificado e de qualidade, em coerência com uma estratégia de promoção da actividade física e desportiva, nos seus vários níveis e para todos os escalões e grupos da população*".

Passando ao Capítulo IV (Secção I), da LBAFD, o Artigo 28.º faz referência que as atividades desportivas dos estabelecimentos de educação e ensino também são uma responsabilidade as autarquias locais:

"*As actividades desportivas escolares devem valorizar a participação e o envolvimento dos jovens, dos pais e encarregados de educação e das autarquias locais na sua organização, desenvolvimento e avaliação*".

Assim como as atividades desportivas para as pessoas com deficiência devem ser promovidas pelas autarquias, e também pelo Estado e Regiões Autónomas, confirma-se no Artigo 29.º:

"*A actividade física e a prática desportiva por parte das pessoas com deficiência é promovida e fomentada pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais com as ajudas técnicas adequadas, adaptada às respectivas especificidades, tendo em vista a plena integração e participação sociais, em igualdade de oportunidades com os demais* cidadãos".

Relativamente aos jogos tradicionais, estes também fazem parte das responsabilidades das autarquias, sustenta o Artigo 30.º:

"*Os jogos tradicionais, como parte integrante do património cultural específico das diversas regiões do País, são fomentados e apoiados pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais*".

Finalizando esta parte das responsabilidades das autarquias no que diz respeito à promoção e generalização das práticas desportivas, ao desenvolvimento desportivo, à política de infraestruturas, à organização e ao apoio das atividades desportivas nos estabelecimentos de ensino, para as pessoas com deficiência e dos jogos tradicionais, segue-se o enfoque nos apoios financeiros.

Na mesma na LBAFD, o Capítulo V, Artigo 46.º, alude principalmente os apoios financeiros às associações desportivas, aos eventos desportivos, aos apoios excecionais, e aos clubes desportivos profissionais, esclarecendo os contratos-programa, as fiscalizações, a contabilidade organizada, e situações de incumprimento de obrigações fiscais, através das seguintes palavras:

"1 - *Sem prejuízo do disposto no número seguinte, podem beneficiar de apoios ou comparticipações financeiras por parte do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais as associações desportivas, bem como os eventos desportivos de interesse público como tal reconhecidos por despacho de membro do Governo responsável pela área do desporto*;

2 - *Os clubes desportivos participantes em competições desportivas de natureza profissional não podem beneficiar, nesse âmbito, de apoios ou comparticipações financeiras por parte do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, sob qualquer forma, salvo no tocante à construção ou melhoramento de infra-estruturas ou equipamentos desportivos com vista à realização de competições desportivas de interesse público, como tal reconhecidas pelo membro do Governo responsável pela área do desporto;*

3 - *Os apoios ou comparticipações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;*

4 - *As entidades beneficiárias de apoios ou comparticipações financeiras por parte do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais na*

área do desporto, ficam sujeitas a fiscalização por parte da entidade concedente, bem como à obrigação de certificação das suas contas quando os montantes concedidos sejam superiores ao limite para esse efeito definido no regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo;

5 - *As federações desportivas, ligas profissionais e associações de âmbito territorial têm obrigatoriamente de possuir contabilidade organizada segundo as normas do Plano Oficial de Contabilidade, adaptadas, se disso for caso, ao plano de contas sectorial aplicável ao desporto;*

6 - *O disposto no número anterior aplica-se, também, aos clubes desportivos e sociedades desportivas, com as adaptações constantes de regulamentação adequada à competição em que participem;*

7 - *Sem prejuízo de outras consequências que resultem da lei, não podem beneficiar de novos apoios financeiros por parte do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, as entidades que estejam em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social, devendo ser suspensos os benefícios financeiros decorrentes de quaisquer contratos-programa em curso enquanto a situação se mantiver*."

6. A Cidade Europeia do Desporto

Vejamos de seguida qual é a organização internacional que atribui o título ou o prémio de CED às cidades europeias, pois são as que nos interessa para a investigação em causa.

6.1 A Instituição: *European Capitals and Cities of Sport Federation* (*ACES Europe*)

A *European Capitals and Cities of Sport Federation* (*ACES Europe*) é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 1999 pelo atual presidente Gian Francesco Lupattelli, com sede em Bruxelas, e que atribui anualmente variadíssimos prémios de desporto às capitais mundiais, americanas e europeias, às cidades europeias, às ilhas europeias, aos resorts europeus, às comunidades europeias, e a empresas europeias do desporto e saúde[2].

A *ACES Europe* tem como objetivos desenvolver o desporto entre todos os cidadãos da União Europeia, principalmente os grupos desfavorecidos como as crianças, os idosos e as pessoas com necessidades especiais, e também pretende que haja mais iniciativa privada e pública de forma a aumentar o apoio ao desporto, não só o desporto profissional, mas também o desporto para todos, de modo a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos (*ACES Europe*, 2020).

Contudo, a *ACES Europe* assinala como seus valores o prazer no exercício, a vontade de alcançar, o senso de comunidade, aprender o fair play, e melhorar a saúde (*ACES Europe*, 2020).

6.2 O reconhecimento

A atribuição dos prémios é realizada de acordo com os "*princípios de responsabilidade e ética, estando ciente de que o desporto é um fator de*

[2] Ver *ACES Europe*, consult. 16 setembro 2019, disponível em http://aceseurope.eu/about/.

agregação da sociedade, melhoria da qualidade de vida, bem-estar psicofísico e completa integração dentro das classes sociais na comunidade"[3].

Segundo a *ACES Europe* [4]estes prémios trazem benefícios sendo eles:

1. Reconhecimento internacional: A cidade será reconhecida como "Mestre" do Desporto a nível europeu;
2. Legado: As cidades premiadas deixarão um futuro melhor no desporto para os seus cidadãos;
3. Impacto dos média: 1,5 bilhão de impactos por ano através da televisão, do rádio, da internet e dos jornais;
4. Retorno do investimento: Tomemos como exemplo Logroño, a aCidade Europeia do Desporto em 2014, em que 44,5 milhões de euros foram o retorno sobre o investimento devido ao título;
5. Rede ativa: Intercâmbio de boas práticas com outras cidades e a participação em vários congressos;
6. Melhoria das políticas do desporto local;
7. Possibilidade de obter subsídios da União Europeia: Todos os anos a *ACES Europe* envolve as cidades em diferentes projetos e chamadas da União Europeia;
8. Vivacidade para a cidade: Durante o ano vários eventos dão vida à cidade.

6.2.1 A caracterização dos prémios

A *ACES Europe* entrega os seguintes prémios às cidades vencedoras: *World Capitals of Sport*, *American Capitals of Sport*, *European Capitals of Sport*, *European Cities of Sport*, *European Towns of Sport*, *European Islands of Sport*, *European Resorts of Sport*, *European Communities of Sport*, e *European Sport and Healthy Company*[5].

[3] Consultar *ACES Europe*, consult. 16 setembro 2019, disponível em http://aceseurope.eu/about/.

[4] Verificar *ACES Europe*, consult. 16 setembro 2019, disponível em http://aceseurope.eu/about/benefits-of-awards/.

[5] Disponível *ACES Europe*, consult. 16 setembro 2019, disponível em http://aceseurope.eu/about/.

6.2.1.1 *World Capitals of Sport*

O prémio de melhores Capitais Mundiais do Desporto é entregue apenas uma vez por ano a uma capital de um país ou cidade com mais de 700.000 habitantes. Este prémio é recente e ainda só foi entregue no ano 2019 a Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos, e em 2020 a Guadalajara, que é uma cidade do México.

6.2.1.2 *American Capitals of Sport*

O prémio de melhor Capital Americana do Desporto é entregue uma vez por ano à melhor capital, com um número de habitantes superior a 500.000, do continente americano. O prémio é recente e apenas foi entregue em 2019 a Santiago do Cali, na Colômbia.

6.2.1.3 *European Capitals of Sport*

O prémio de melhores Capitais Europeias do Desporto é entregue apenas uma vez por ano a uma capital de um país ou cidade com mais de 500.000 habitantes. A primeira capital a receber este prémio foi Madrid (Espanha) em 2001. A capital portuguesa, Lisboa, receberá pela primeira vez em 2021.

6.2.1.4 *European Cities of Sport*

Em cada ano são entregues vários prémios de melhores Cidades Europeias do Desporto em toda a Europa a uma cidade entre 25.000 e 500.000 habitantes. As primeiras cidades europeias a receberem este prémio foram Boadilla del Monte (Espanha) e Palermo (Itália), em 2007.
Em Portugal a primeira cidade a receber este prémio foi Guimarães em 2013, e desde então várias cidades portuguesas têm sido distinguidas com o presente

prémio, como a Maia (2014), Loulé (2015), Setúbal (2016), Gondomar (2017), Braga (2018), Portimão (2019) e, por último, Odivelas no presente ano 2020.

6.2.1.5 *European Towns of Sport*

As características deste prémio são semelhantes ao do prémio descrito anteriormente, ou seja, é um prémio que elege as melhores Cidades Europeias do Desporto. No entanto, tem uma diferença que é o número de habitantes de cada cidade, que apenas podem ter menos de 25.000 habitantes. Serão entregues múltiplos prémios, por ano, em toda a Europa. Os primeiros prémios foram entregues em 2010 a Robledo de Chavela (Espanha), e a Busca e Loano (Itália). Em 2020 foram distinguidas as seguintes cidades Čakovec (Croácia), Chiusi, Egna Neumarkt, Gozzano, e Montegrotto Terme (Itália), Encamp (Andorra), Kavarna (Bulgária), Kuressaare (Estónia), e Port-de-Bouc (França).

6.2.1.6 *European Islands of Sport*

Às melhores Ilhas Europeias do Desporto são entregues, a cada ano, múltiplos prémios a uma cidade entre 25.000 e 500.000 habitantes. Este prémio é recente e só foi entregue em 2019 a Rab, e em 2020 a Mali Losinj, ambas pertencem à Croácia.

6.2.1.7 *European Resorts of Sport*

O prémio que distingue o melhor *Resort* Europeu do Desporto, por ano, apenas foi entregue em 2019 ao resort de Albena na Bulgária.

6.2.1.8 *European Communities of Sport*

O presente prémio das melhores Comunidades Europeias do Desporto é entregue por toda a Europa a um grupo de pequenas cidades. O primeiro foi

entregue em 2012 à Ilha de Man (Reino Unido), e em 2020 a comunidades Italianas como a Archeo Vesuvio, Castelli Romani e Riviera Italiana.

6.2.1.9 *European Sport and Healthy Company*

Este prémio que distingue Empresas do Desporto e da Saúde foi elaborado para reconhecer as empresas sediadas num dos países do continente europeu, que tenham compromissos com os seus funcionários relativamente ao desporto, a atividade física e a saúde, que tenham instalações desportivas próprias ou em colaboração com terceiros, bem como programas de ações específicos na área do desporto e da saúde.
A primeira empresa a receber o prémio foi a Cofares, em 2017, seguiram-se as El Pozo, em 2018, Seat e *BorgWarner*, em 2019, e, por fim, a Alsa, em 2020.

6.3 As delegações

A *ACES Europe* tem três delegações que são a *ACES* América, a *ACES* Itália e a *ACES* Portugal.

6.3.1 *ACES* América

A *ACES* América é uma delegação da *ACES Europe*, representada por Carlos Arango. Esta delegação tem como missão promover a prática do desporto inclusivo e para todos no continente americano[6].

[6] Ver *ACES* América. Consult. 04 maio 2020, disponível em https://www.acesamerica.org/quienes-somos/.

6.3.2 *ACES* Itália

A ACES Itália é uma delegação da *ACES Europe*, sedeada em Roma (Itália), e presidida por Vincenzo Lupattelli. A *ACES* Itália foi fundada para estar "mais próxima" dos inúmeros municípios italianos que se candidatam e são eleitos anualmente para os vários prémios de melhor capital, cidade e comunidade europeia do desporto. Ainda assim, o objetivo desta delegação é promover internacionalmente a visibilidade de todos os municípios premiados[7].

6.3.3 *ACES* Portugal

A *ACES* Portugal (Associação Portuguesa das Cidades Europeias do Desporto) é uma delegação da *ACES Europe*, sedeada em Mem Martins, e tem como presidente Nuno Pedro Santos. A *ACES* Portugal foi criada de forma a apoiar e divulgar as candidaturas das autarquias portuguesas aos prémios da *ACES Europe*.

Segundo a *ACES* Portugal[8] a sua missão é "*ser o veículo condutor das Autarquias Portuguesas nas suas Candidaturas junto da ACES Europe*", os seus valores são "*a promoção e o desenvolvimento do Desporto para Todos, conforme definido na Carta Europeia do Desporto para Todos*", e, por último, a sua satisfação é "*proporcionar a toda a comunidade integrada no target das Cidades Europeias do Desporto uma prática desportiva de elevada qualidade*".

Contudo e de acordo com a *ACES* Portugal (2014) os seus objetivos são:

1. "*Promover e melhorar a condição física e mental das pessoas, bem como o desenvolvimento das relações sociais através da organização ou participação em atividades recreativas, competitivas ou não competitivas;*

[7] Consultar *ACES* Itália. Consult. 04 maio 2020, disponível em https://www.acesitalia.eu/aces/aces-italia.

[8] Ver *ACES* Portugal. Consult. 04 maio 2020, disponível em https://acesportugal.pt/sobre-nos/.

2. *Promover políticas municipais que incentivem e promovam o desporto para todos, através de planos, programas e ações voltadas para a população em geral;*
3. *Promover a inclusão social, igualdade de oportunidades e melhorar a saúde dos cidadãos, fomentando a prática desportiva em todos os segmentos da população;*
4. *A promoção do desenvolvimento de espaços e infraestruturas desportivas projetadas para implementar o ideal do desporto para todos;*
5. *Impulsionar a organização de eventos e atividades desportivas de forma a fomentar a educação e a saúde pelo desporto;*
6. *Apoiar e desenvolver as atividades e propostas que a ACES Europe realize em Portugal*".

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

1. A metodologia

A metodologia é, em concordância com Lessard-Hébert et al. (2005), um campo misto de conhecimentos onde se conectam os elementos teóricos e epistemológicos implícitos à prática da investigação como um todo e às técnicas próprias ou apropriáveis por uma disciplina científica, e as técnicas próprias de uma disciplina científica ou apropriáveis por ela.

No que diz respeito esta temática, Matos (2013) afirma que a metodologia pode ser criada como um conjunto de princípios orientadores de uma investigação científica e situa-se ao nível das diretrizes que definem a essência de uma disciplina, não submetendo apenas a uma visão tecnológica ou lógica, que poderia reduzir a investigação a um conjunto de procedimentos lineares.

Por conseguinte, ao longo deste capítulo vão ser descritos com rigor todo o processo metodológico, desde a natureza do estudo, os participantes, o procedimento de recolha de dados, a elaboração, validação e aplicação da entrevista, as considerações éticas, até aos procedimentos de análise de dados.

De forma a estudar da melhor maneira possível esta temática foi utilizada uma metodologia de natureza qualitativa, verificando no que referem Hastie e Hay (2012), citados por Queirós, P. & Graça, A. (2013), sobre a investigação qualitativa que é uma forma interpretativa de compreender acontecimento da vida social, tentando perceber os significados que os participantes lhes atribuem. Como instrumento de recolha de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada.

1.1 Os participantes

No estudo participaram os decisores políticos das Câmaras Municipais de Guimarães, da Maia, de Gondomar e de Braga. Os participantes foram selecionados intencionalmente pois considera-se que são as pessoas idóneas por terem sido os principais atores envolvidos no ano em que a estas cidades

foram atribuídos o prémio CED e considera-se que possam fornecer um conjunto de dados detalhados para a caracterização do nosso objeto de estudo.

1.2 O processo de recolha de dados

O instrumento de recolha de dados mais adequado e utilizado neste estudo foi a entrevista semiestruturada. Sendo a entrevista uma conversa intencional, comummente entre duas pessoas, embora possa envolver mais pessoas, dirigida por uma delas, com o objetivo de obter informações sobre a outra (Queirós & Lacerda, 2013). E no entender de Silva e Menezes (2005) é a aquisição de informações do entrevistado sobre um certo assunto ou problema.

1.2.1 A entrevista

De acordo com os objetivos estabelecidos e para a melhor concretização deste estudo optou-se pelo tipo de entrevista semiestruturada, em concordância com as palavras de Silva e Menezes (2005), porque permite obter um conjunto alargado de informações dos entrevistados, pois parte de um guião previamente estabelecido, e assim dá a possibilidade ao entrevistado se expressar de forma mais aberta.

Conforme reforça Tracy (2019) as vantagens das entrevistas semiestruturadas passam por possibilitar o surgir de entendimentos mais émicos e emergentes, assim como o surgir de pontos de vista complexos, pois os entrevistados são ouvidos sem as restrições das perguntas de um guião fixo.

Seguidamente à escolha do tipo de entrevista, elaborou-se um guião inicial composto por um conjunto de questões que foram analisadas pelos orientadores. Estes sugeriram a organização do guião por temáticas ou categorias *à priori* e fizeram várias sugestões para modificar e melhorar as

questões finais do guião. Na fase seguinte, o guião da entrevista foi validado por um corpo de peritos e obedeceu todos os pressupostos recomendados pela literatura. Nomeadamente, Queirós & Lacerda (2013), e Tracy (2019) sugerem a definição dos objetivos do estudo, a legitimação da entrevista e as identificação do entrevistado, bem como a elaboração de uma lista de questões ou temas que vão ser abordados no decurso da entrevista, de maneira que o conteúdo, o tipo, a formalidade e a ordem de questões seja equilibrada e adequada ao estudo e ao entrevistado.

Posteriormente à passagem por estes processos obteve-se o guião final da entrevista, de acordo com as temáticas da revisão da literatura realizada, composto pelas seguintes categorias e subcategorias: Política do Desporto Municipal e Cidade Europeia do Desporto (Antes, Durante, Após). Importante referir que aos participantes no estudo foram-lhes explicados os objetivos do estudo, tendo os mesmos concordado em fazer parte do mesmo desde que não fosse revelado a sua identidade, de forma a garantir a proteção dos seus dados e anonimato.

De seguida passou-se à elaboração de uma carta dirigida aos responsáveis políticos da Câmara Municipal de Guimarães, da Maia, de Gondomar e de Braga. A carta passou pela verificação e validação da Orientadora, e após obter-se o documento final realizou-se o envio por correio para as respetivas Câmaras Municipais. O conteúdo da carta é constituído pela identificação do remente, apresentação do presente estudo e dos respetivos objetivos, e por uma solicitação para realizar uma entrevista na data e local desejado pelo destinatário.

As entrevistas foram agendadas para um local, uma data e hora definidos pelas respetivos serviços das Câmaras Municipais. No total foram realizadas quatro entrevistas, sendo que uma delas não foi realizada presencialmente devido à pandemia da COVID-19.

A primeira entrevista realizou-se no dia 10 de março de 2020, às 14 horas e 30 minutos, no Multiusos de Guimarães, e teve duração de 27 minutos e 23 segundos.

A segunda entrevista foi realizada no dia 20 de junho de 2020, às 10 horas, na Câmara Municipal de Gondomar, e teve duração de 34 minutos e 26 segundos.

A terceira entrevista foi realizada no dia 14 de julho de 2020, às 10h e 30 minutos, na Câmara Municipal de Braga, e teve duração de 32 minutos e 26 segundos.

A quarta entrevista foi respondida via correio eletrónico no dia 24 de agosto de 2020, pela Câmara Municipal da Maia, não tendo sido feita presencialmente como as anteriores, devido a vários reagendamentos pelos respetivos serviços municipais, em virtude do momento atípico da COVID-19.

As entrevistas presenciais, com a autorização dos respetivos entrevistados, foram registadas em gravação áudio, através de uma aplicação com a função de gravador num *smartphone* com o sistema operacional *iOS*, e posteriormente transcritas em formato *Word*.

1.3 O *corpus* do estudo

O *corpus* do estudo, segundo Bardin (2004) é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. Como tal, o *corpus* do presente estudo é constituído pelos documentos relativos à Cidade Europeia do Desporto, assim como os que resultam da realização das entrevistas, nomeadamente:

- Candidatura de Guimarães a CED 2013;
- Relatório de Guimarães CED 2013;
- Candidatura de Maia a CED 2014;
- Infografia Maia CED 2014;
- Candidatura de Gondomar a CED 2017;
- Relatórios de Gondomar CED 2017;
- Candidatura de Braga a CED 2018;
- Relatório de Braga CED 2018;
- Transcrição das entrevistas.

A análise destes documentos foi imprescindível pois sustentam toda a matéria que suporta a investigação, contribuindo desta forma para elaborar um quadro teórico sobre as políticas do desporto municipal e tudo o que envolve a Cidade Europeia do Desporto.

1.4 Os procedimentos de análise de dados

Seguidamente à recolha das entrevistas e respetiva transcrição, passou-se para a análise das informações obtidas, através da análise de conteúdo. A decisão da escolha desta técnica sustenta-se nas palavras de Bardin (2004) que enuncia que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que analisa as comunicações, considerado um leque de ferramentas adaptável a um campo de aplicação muito vasto destas mesmas comunicações.

Por sua vez, Januário (2011) refere que a análise de conteúdo é uma técnica bastante utilizada em investigação qualitativa nesta área do conhecimento. Também, segundo Queirós & Graça (2013), referem que é uma técnica que constitui uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias.

No que concerne a esta temática, Krippendorff (2004) enuncia que a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que produz induções refutáveis e válidas dos textos ou outro material significativo para os contextos do seu uso, sublinhando ainda que tem um carácter de ferramenta científica, fiável e válida, capaz de fornecer novos entendimentos, aprofundar a compreensão dos fenómenos e oferecer orientações para a ação prática.

Em conformidade com o uso desta técnica, Bauer e Gaskell (2000) referem que a análise de conteúdo é uma técnica de proceder à conclusão objetiva através de um texto para o seu sentido e contexto social, sendo a sua validade decidida conforme a congruência com a teoria e os objetivos estabelecidos na pesquisa.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1. A apresentação e discussão dos resultados

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados da investigação por categorias. No entanto, é fundamental destacar que para além das entrevistas semiestruturas, também foi desenvolvida uma análise às candidaturas e aos relatórios finais produzidos pelos decisores políticos das Cidades Europeias do Desporto analisadas.

1.1 As candidaturas a Cidade Europeia do Desporto

Nas candidaturas ao prémio CED de cada município é possível verificar os respetivos objetivos elaborados para o ano CED.

Na candidatura do município de Guimarães está assinalado que Guimarães apresenta-se à Europa com o seu património desportivo, isto é, equipamentos, associações, clubes, e cidadãos, com o objetivo de que no ano CED o desporto esteja presente na agenda do maior número de Vimaranenses.

No município da Maia o principal objetivo estabelecido na candidatura a CED é que o desporto esteja presente na vida dos cidadãos e que estes transmitam a outros a importância do desporto e de uma vida saudável, para além disto também pretendem elaborar um trabalho junto dos Maiatos, de forma a identificar as suas necessidades para de seguida desenvolver programas de atividades adequados.

Em Gondomar o principal objetivo definido na candidatura é apresentar o dinamismo desportivo, nomeadamente na interação entre todos os agentes desportivos, assim como atrair novos “olhares” para as boas práticas desportivas que se realizam na cidade.

Por último, na candidatura de Braga é possível verificar que o objetivo enunciado para o ano CED é desenvolver o panorama desportivo da cidade, sendo um

fenómeno catalisador para a promoção do desporto, garantido saúde e bem-estar de todos os gondomarenses.

Na generalidade todos os municípios têm um foco em comum: os cidadãos. A presença do desporto no dia dos cidadãos e a respetiva importância que lhe atribuem, tal como uma prática dirigida a todos, o desenvolvimento do associativismo, a realização de eventos, os investimentos em instalações desportivas, entre outros aspetos, destacam-se ao longo de cada candidatura.

Perante os objetivos traçados em cada candidatura pode-se afirmar que todos os municípios cumpriram com sucesso os objetivos elaborados, sendo visível nos resultados apresentados ao longo deste capítulo.

Destaca-se a importância que os municípios dão em definir objetivos tanto para o planeamento da CED como em cada evento que organizam, corroborando com o estudo de Tavares (2007), que enuncia que todos os eventos desportivos que estudou tinham objetivos estabelecidos, sendo os mais frequentes relativos a aumentar o número de participantes, ter o máximo de parcerias locais envolvidas e melhorar a imagem da entidade.

Na candidatura de cada município também estão presentes os programas de atividades que pretendem realizar ao longo do ano CED, e nos relatórios de cada município encontra-se designados o número de programas de atividades que efetivamente foram realizados, os programas e os seguintes números finais serão expostos de seguida.

No que diz respeito aos programas de atividades enunciados na candidatura de Guimarães foram desenvolvidas:

- As Iniciativas da Câmara Municipal de Guimarães e a Tempo Livre, que organizam os seguintes eventos: Festival de Desporto Escolar, Liga Mini, Torneios Desportivos 25 de Abril, Domingos Activos, Gala do Desporto, Jogos do Eixo Atlântico, Caminhada Solidária, Mini Olimpíadas, Festival de Natação Sincronizada, Festival de Desporto Sénior, Festival de Patinagem, Festival de Dança e Fitness, Maratona de Cycling, 2013

Minutos a Nadar, INATEL Legends, Jogos da Comunidade, o que dá um total de 16 eventos;

- As Ações Científico-Académicas, que constituem os seguintes eventos: Estudo oferta e procura desportiva, Estudo sobre obesidade infantil, Estudo do perfil do gestor desportivo em Guimarães, Estudo do impacto das infra-estruturas desportivas e de lazer no ordenamento do território, Bolsa de voluntariado desportivo, Prémio de empreendedorismo desportivo, o que dá um total de 6 eventos;
- As Iniciativas dos Clubes, das Associações e Federações, que organizaram os seguintes eventos: Rampa da Penha, Torneio Internacional de Futebol Juvenil, Torneio de Ténis, Torneio de Rugby, Bike Tour, Maratona de BTT, Down Hill Urbano, Campeonato Nacional de Natação, Torneio Internacional Juvenil, Prova de Patins em Linha Urbana, Fase Final Andebol e Gala Nacional, Competição Internacional de Voleibol, Torneio de Pólo Aquático, Campeonatos Nacionais Universitários, Festival Artes Marciais, Competição de Atletismo, Competição de Xadrez, Competição de Futsal, Competição Desporto Adaptado, Competição de Bilhar, Festival Equestre, Festival de Danças de Salão, o que dá um total de 23 eventos;
- Os Congressos e Seminários, que constituem os seguintes eventos: Congresso Nacional da APOGESD, Convenção Europeia da ACES Europa, Jornadas Médico-Desportivas, Formação de Dirigentes Desportivos, Encontro Internacional de Jornalismo Desportivo, Congresso Nacional da APTN, o que dá um total de 6 eventos.

O número total de programas e eventos apresentados na candidatura de Guimarães é 51. Todavia, após a análise do relatório final foram realizados em Guimarães 101 eventos no total, superando assim o que estava previsto na candidatura.

Relativamente à cidade da Maia, na respetiva candidatura, estão enunciados os principais programas de atividades que já decorriam na cidade, nomeadamente:

- Público-alvo Infantil: Campeonatos desportivos regionais e nacionais em diferentes modalidades desportivas, Atividades extracurricular no pré-escolar e 1º ciclo, Campeonatos regionais e nacionais (andebol, basquetebol, escalada, futsal, futebol, ginástica, karaté, voleibol);
- Público-alvo Juvenil: Campeonatos regionais e nacionais (andebol, basquetebol, escalada, futsal, futebol, ginástica, karaté, voleibol);
- Público-alvo Adultos: Liga Municipal de futsal, Torneio Internacional de Futebol para deficientes com paralisia cerebral, Campeonatos regionais e nacionais (andebol, basquetebol, escalada, futsal, futebol, ginástica, karaté, voleibol), Competições Europeias da EHF, Jogos Internacionais de Futebol (sub 19), Natal a pedalar;
- Público-alvo Seniores: Clube Maia Sénior, Campeonato Nacional de Boccia;
- Público-alvo Todos: Maia Handball Cup, Torneio Internacional de karaté – 25 de Abril, Jogos Desportivos da Maia;

A cidade da Maia comprometeu-se a realizar 74 eventos desportivos em diferentes modalidades desportivas, no ano 2014. Porém, após a análise da infografia da Maia CED 2014 foram realizados no total 247 eventos, superando significativamente o que estava previsto na candidatura.

No que concerne aos programas de atividades enunciados na candidatura de Gondomar foram desenvolvidas:

- As Iniciativas da Câmara Municipal de Gondomar, que organizaram os seguintes eventos: Call Of The Wild, Corta-Mato Escolar Concelhio, Dia paralímpico, Etapa Europeia XTERRA European Tour, Etapa Volta a Portugal em Bicicleta, Gala do Desporto, Gondomar Challenge de Andebol, Gondomar Night Run, Meeting de Natação, Meia-Maratona D'Ouro Run Gondomar, Street Workout World Cup, Trail da Filigrana, Trail das Nozes, Trail de Santa Iria, Verão Desportivo, o que dá um total de 15 eventos;
- As Ações Científicas, Académicas e Formativas, que constituem os seguintes eventos: Bolsa de Voluntariado Desportivo, Carta Desportiva do

Concelho, Quadro de Desenvolvimento Desportivo, o que dá um total de 3 eventos;

- As Iniciativas dos Clubes, das Associações e Federações, que organizaram os seguintes eventos: Caminhos de Mellares, Campeonato da Europa Jovem de Ténis de Mesa, Campeonato Nacional de Fundo de Canoagem, Taça de Portugal de Embarcações, Campeonato Nacional de Fundo de Remo, Campeonato Nacional Universitário de Remo, Corrida da República, Dia do Minibasquete, Eurobol, Grande Prémio de Ciclismo do Taralhão, Liga Mundial de Voleibol, Rali Cidade de Gondomar, Rali Coração de Ouro, Regata Internacional de Gondomar, Supertaça Feminina de Ténis de Mesa, Taça da Europa de Ténis de Mesa, Torneio Concelhio de Futsal Sub13, Torneio Minibasquete "5 D'Ouro", Urban Night Bike, o que dá um total de 19 eventos;
- Os Congressos e Seminários, que constituem os seguintes eventos: Conferência "A Realidade do Associativismo – Políticas Atuais", Conferência "Legislação Desportiva", Conferência "Marketing Desportivo vs Marketing Digital", Conferência "Planeamento Estratégico de um Clube Desportivo", Conferência "Nutrição no Desporto Jovem e Alto Rendimento", Convenção "Multidisciplinar da Educação", Formação de Dirigentes Desportivos, Formação Específica "Atividades Subaquáticas", Seminário "Financiamento de Clubes", Formação "Eventos Desportivos", Formação "Treinadores Futebol", Formação "Treinadores Ciclismo", o que dá um total de 12 eventos.

O número total de programas e eventos apresentados na candidatura de Gondomar é 49. No entanto, após a análise do relatório final foram realizados em Gondomar 391 eventos, superando significativamente o que estava previsto na candidatura.

Em relação à cidade de Braga, através da respetiva candidatura, é possível verificar os programas desportivos municipais e os principais eventos já realizados em Braga, respetivamente:

- Programas desportivos municipais: BragActiva, Natação Sénior, Boccia Sénior, Escolas de natação / Turmas de manutenção, Hidroginástica, Centro municipal de marcha e corrida de Braga, Mexe-te Braga, “Os piratas vão à piscina”, Hidroterapia, PULSAR – Programa de atividade física para doentes oncológicos, Centro municipal de desporto adaptado (Atletismo, dança, escalda, karaté, patinagem e snagolfe), Programa atividade física bombeiros municipais;
- Eventos no âmbito popular: Corrida S. Silvestre, Corrida S. João, Meia Maratona Braga, Estafeta Braga – Guimarães, Gala Equestre, Encontro Desporto Sénior, Gala do Desporto de Braga, Corrida Escadórios Bom Jesus, Caminhada AIA, Caminhada Rosa, Caminhada Contra a Hemocromatose, Caminhada da Memória, Caminhada contra o AVC, Caminhada do Pai Natal, Corrida Vital, BTT Trilhos Santa Marta, BTT Margens do Cávado, BTT Tadim, Trail Bracara Augusta, Bracara Urban Race BTT, Neon Run, Color Run, o que dá um total de 22 eventos;
- Eventos no âmbito nacional: Campeonato Nacional Carrinhos Rolamentos, Campeonato Nacional Escalada Adaptada, Volta Portugal Bicicleta, Campeonatos Nacionais Atletismo, Campeonatos Nacionais Paraquedismo, Campeonatos Nacionais Motociclismo, Campeonatos Nacionais Automobilismo, Campeonatos Nacionais Karting, Campeonatos Nacionais Basquetebol Adaptado, Campeonatos Nacionais Ciclismo, Campeonatos Nacionais Universitários, Campeonatos Nacionais Orientação, o que dá um total de 12 eventos;
- Eventos no âmbito internacional: Rampa da Falperra, Campeonatos Internacionais Motociclismo, Campeonatos Internacionais Automobilismo, Campeonatos Internacionais Karting, Campeonato Mundial Karaté Universitário, Campeonato Europeu Andebol Universitário, Freestyle Motocross International Show, o que dá um total de 7 eventos;

O número de programas municipais existentes na cidade de Braga é 12, e o número total de eventos que já foram realizados em Braga é 41, obtendo-se um total de 53 programas e eventos. Ainda assim, segundo o relatório final foram realizados no total 612 eventos durante o ano CED em Braga, aumentando

significativamente o número de eventos realizados comparativamente ao ano anterior ao ano em que Braga foi CED.

Sumariamente, podemos referir que todas as cidades aumentaram significativamente o número de eventos realizados no ano CED comparativamente ao ano anterior.

1.2 A política do desporto municipal

A categoria de política do desporto municipal

Nesta categoria procura-se compreender junto do pelouro do desporto as principais políticas encetadas para o desporto municipal, bem como as principais motivações políticas que levaram às cidades a candidatarem-se como Cidade Europeia do Desporto.

Nos quadros que se seguem são indicados na coluna da esquerda os códigos das entrevistas, ou seja, a Entrevista à Câmara Municipal de Guimarães (ET_Gui), Entrevista à Câmara Municipal da Maia (ET_CM), Entrevista à Câmara Municipal de Gondomar (ET_Gon), e a Entrevista à Câmara Municipal de Braga (ET_CB). E na coluna da direita uma síntese dos resultados encontrados nas respetivas entrevistas.

No quadro (1) que se segue será apresentada a importância do desporto para o município no ano das respetivas candidaturas a CED.

Quadro 1. A importância do desporto para o município no ano da candidatura

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	No ano em que os municípios se candidataram a CED o desporto teve uma importância fundamental para todos os municípios. Em todos os municípios o

	foco principal foi a promoção e oferta desportiva generalizada. De realçar que no município de Gondomar a CED serviu para a cidade se afirmar a nível desportivo, pois, anteriormente à alteração política, o desporto era quase inexistente em Gondomar.

No quadro (2) seguinte apresenta-se as competências fulcrais que cada município considera ter perante o desporto local.

Quadro 2. As competências fulcrais que o município tem perante o desporto

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui	As competências fulcrais que o município de Guimarães considera ter perante o desporto são a promoção, a generalização e a democratização do acesso ao desporto. Para além de se preocuparem com a população que pratica desporto, neste município a atenção está virada para a população que não pratica desporto.
ET_CM	Para o município as competências fulcrais que tem perante o desporto são o apoio do fomento e desenvolvimento desportivo associativo, o melhoramento da acessibilidade à prática desportiva utilizando os meios próprios e necessários, a criação de um acesso fácil e economicamente favorável a cada utilizador, e a facilidade de acesso a grandes eventos desportivos.
ET_Gon	Gondomar não considera que tem competências fulcrais perante o desporto, apesar de serem a base da sustentabilidade do desporto no município, ou

	seja, sem a disponibilização de infraestruturas desportivas, o apoio financeiro e os transportes não existira desporto em Gondomar. No entanto, o desporto em Gondomar também existe graças ao envolvimento das associações que captam e gerem os jovens, e a respetiva formação desportiva, assim como a presença fundamental do voluntariado.
ET_CB	Para o município de Braga as competências fulcrais que tem perante o desporto são a organização de um vasto conjunto de programas desportivos direcionados a todo o tipo de população.

Relativamente à importância que os quatro municípios dão ao desporto para todos, apresentam-se os resultados encontrados no seguinte quadro 3.

Quadro 3. A importância que dão ao desporto para todos

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	No geral em todos os municípios a importância que dão ao desporto para todos é vital, notável e imprescindível. Em Guimarães consideram que é um elemento fundamental de qualquer política do desporto municipal. Na Maia tentam sempre encontrar as melhores soluções económicas e da prática desportiva para os cidadãos, assim como manter a atividade pública, associativa ou privada a um maior estrato etário possível, tendo um acesso desportivo desde os 18 meses até ao infinito.

	Em Gondomar o desporto para todos é visível no investimento realizado na construção de ciclovias, dos parques urbanos e em várias infraestruturas que possibilitam a realização do desporto ao ar livre, bem como na organização de eventos desportivos direcionados para todos que advenham da CED. Em Braga esta importância revelou-se no período de confinamento, devido à COVID-19, pois houve um aumento da prática de exercício físico em casa, e que é agora observável num projeto já realizado num parque desportivo onde se verificou um aumento de participantes nas aulas comparativamente às aulas anteriores numa fase pré confinamento.

De seguida, o quadro expõe os resultados sobre as mudanças e melhorias nas políticas do desporto local dos municípios em estudo.

Quadro 4. As mudanças e melhorias nas políticas do desporto local

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	Em todos os municípios existiram mudanças e melhorias nas políticas do desporto local. Em Guimarães destaca-se que esta candidatura ajudou a que o município tivesse a capacidade de perceber aquilo em que eram bons, como promover e inovar em diversos aspetos, mas perceberam também que precisavam de sistematizar e formatar o conhecimento desportivo que lhes permitiu ter melhores políticas. Na Maia as mudanças surgiram para consolidar técnica e politicamente a importância e o peso do

	desporto aos seus técnicos, funcionários e ao executivo municipal, que resultou na consolidação das linhas orientadoras. Todavia, as melhorias foram notáveis na qualidade das atividades realizadas e na experiência obtida, assim como incrementaram o número de utilizadores e melhoraram os processos de gestão nos equipamentos desportivos. Em Gondomar as principais mudanças nas políticas do desporto foram ao nível do desporto para todos. Em Braga melhoraram ao nível dos programas de atividades municipais, no apoio aos projetos das associações desportivas, no aperfeiçoamento daquilo que já existia, na divulgação e apoio a projetos de outras instituições.

Todos os entrevistados dos quatro municípios consideram que o desporto teve uma importância fundamental, corroborando com o estudo de Araújo, J. (2002) que afirma que está comprovada a importância do desporto como meio de compensar certos estilos de vida, contribuindo assim para o bem-estar e qualidade de vida das populações.

Evidencia-se também que o ano da candidatura foi importante para a promoção e oferta desportiva. Vários estudos demonstram que muitos municípios se preocupam com a promoção e oferta desportiva, como Costa, J. (2010) que salienta que no concelho de Fafe há uma preocupação com a diversidade da oferta desportiva e criam oportunidades para que os fafenses tenham acesso a práticas desportivas diferenciadas; noutra investigação Januário (2010) apurou que os vários concelhos que estudou da Área Metropolitana do Porto (AMP) disponibilizam vários programas para que haja uma oferta desportiva abrangente, no entanto no seu estudo encontrou algumas lacunas na prática dirigida principalmente aos idosos, a pessoas com deficiência e à população do sexo feminino; já num estudo de caso do Município de Braga de Matos, V. (2013)

verifica-se que cinco anos antes de se realizar a CED em Braga já havia uma preocupação com o acesso ao desporto e a oferta desportiva generalizada, de forma a que a população tenha uma melhor qualidade de vida.

Das competências fulcrais que os municípios têm perante o desporto, com a exceção de Gondomar pelas razões assinaladas no quadro 2, destacam-se a promoção da prática desportiva direcionada a toda a população, o desenvolvimento desportivo associativo e o acesso fácil e económico para cada utilizador. Estas competências corroboram com os estudos acima descritos, mas também com o de Vasconcelos (2006), que no seu estudo em concelhos da região do Vale do Sousa afirmou que todas as autarquias se preocupam com a oferta desportiva para todos, bem como com a organização de atividades desportivas e a disponibilização do acesso às infraestruturas desportivas. Verifica-se igualmente no estudo de Araújo (2002) a importância que os concelhos dão ao desenvolvimento do associativismo desportivo, sendo considerada uma das áreas fundamentais das autarquias. Acrescenta-se ainda o que refere Costa (2010) no seu estudo relativamente ao acesso de todos à prática desportiva proporcionando principalmente o acesso ao desporto a pessoas de estratos socioeconómicos mais desfavorecidos.

O desporto para todos é fundamental em todos os municípios estudados nesta investigação, à semelhança do estudo de Januário (2010) que enuncia que nos concelhos da AMP elaboram atividades na vertente de desporto para todos, colocando os cidadãos em primeiro lugar. No mesmo estudo referem ainda as cinco grandes linhas de intervenção do desporto para todos que são na vertente desportiva das atividades de enriquecimento curricular, nos programas desportivos municipais, nas infraestruturas informais, nos espaços verdes municipais e no desporto associado a causas.

As políticas do desporto local em todos os municípios sofreram alterações ou melhorias em diversos aspetos, que estão mencionados no quadro 4. Contrariamente ao estudo de Costa (2010) em Fafe onde consideram as principais linhas orientadoras da política do desporto municipal o apoio às coletividades e a construção de infraestruturas desportivas. Já no estudo de

Matos, V. (2013) no Município de Braga, atribuem uma acrescida relevância à política do desporto, referindo que uma das suas preocupações é efetivamente proporcionar qualidade de vida aos bracarenses. Porém, referem que a construção de infraestruturas desportivas e o reforço do desporto para todos são as principais intervenções da política do desporto municipal, indo parcialmente ao encontro do que foi citado no quadro 4.

1.3 A Cidade Europeia do Desporto

A Categoria de Cidade Europeia do Desporto

Nesta categoria procura-se compreender junto do pelouro do desporto como é organizar uma Cidade Europeia do Desporto e as implicações para o desenvolvimento do desporto nos respetivos municípios, nomeadamente em três fases: pré, durante e pós a Cidade Europeia do Desporto.

1.3.1 Pré Cidade Europeia do Desporto

No que diz respeito à pré CED, no quadro abaixo (quadro 5) serão indicados os resultados do processo de tomada de decisão da candidatura a CED nos respetivos municípios.

Quadro 5. A tomada de decisão da candidatura a CED

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	Em todos os municípios quem tomou a decisão de se candidatarem ao prémio CED foram os respetivos decisores políticos.

Ainda na fase de pré CED, no quadro (6) seguinte será exposto o processo de aprovação e concretização da candidatura a CED nos municípios.

Quadro 6. O processo de aprovação e concretização da candidatura

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui	Em Guimarães o processo de aprovação e a concretização da candidatura a CED deveu-se à Câmara Municipal, que em conjunto com a Tempo-Livre desenvolveram a candidatura a CED, após perceberem que apenas era necessário "vontade, entusiasmo e paixão pelas coisas", e também claramente por Guimarães ter boas condições para realizar esta candidatura. Ao longo deste processo, o município estabeleceu contacto com a *ACES Europe* para que fossem visitar a cidade, posteriormente o feedback foi positivo e Guimarães avançou com candidatura, que foi aprovada com sucesso. Guimarães foi a primeira cidade portuguesa a receber o título de CED e nesse ano a melhor CED de todas as que receberam esse título.
ET_CM	No município da Maia o que fizeram para concretizar a candidatura foi passar para o papel as ações que já vinham a realizar.
ET_Gon	Em Gondomar, o projeto foi proposto e aceite por todos os decisores políticos, e posteriormente elaboraram a candidatura, durante cerca de um ano e meio. Nesse ano houve uma particularidade pois pela primeira vez concorreram dois municípios portugueses, Coimbra e Gondomar, onde acabou por sair vencedora a candidatura de Gondomar.

	O processo de concretização da candidatura teve várias fases. A primeira foi a realização de uma carta de intenções a explicar que Gondomar pretendia candidatar-se. A segunda foi a realização de um dossiê de pré-candidatura a explicar o que havia em Gondomar, isto é, que infraestruturas existiam, o número de atletas, a história de Gondomar até ao momento, entre outros aspetos relativos à cidade. Posteriormente esse documento foi entregue à comissão que avalia as candidaturas. Passando essa fase comunicam que Gondomar passa à fase seguinte, e é nessa fase que é elaborada a candidatura e enviada posteriormente. Gondomar ainda recebeu uma comissão de avaliação durante três dias onde lhes é apresentado o projeto de candidatura e é feita uma visita à cidade. Por fim, a candidatura é aprovada e Gondomar é intitulado de CED.
ET_CB	Em conversa sobre a CED, os responsáveis políticos de imediato perceberam que Braga tinha capacidades para realizar uma candidatura a este prémio e que seria uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida dos bracarenses. De forma a concretizar esta candidatura foi necessário elaborar um dossiê “bastante complexo” feito pelos técnicos da Câmara Municipal, que continha informações sobre o que havia na cidade, no entanto este município tinha uma Carta Desportiva com a maioria desses dados, tornando-se útil para a elaboração da candidatura.

Posteriormente, são visíveis na fase de pré CED as mudança na política do desporto municipal por terem ganho o prémio CED, como indica o quadro 7:

Quadro 7. As mudança na política do desporto municipal por terem ganho o prémio CED

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	A candidatura e o facto de terem ganho o prémio CED mudou a política do desporto municipal naquele ano, nos respetivos municípios. Em todos os municípios mudaram principalmente na oferta dos programas desportivos para as diversas faixas etárias, melhorando assim o desporto para todos. Realça-se que na Maia a mudança também surgiu na melhoria dos processos de gestão, organização e planeamento que eram deficitários.

Relativamente ao orçamento estabelecido, no período pré CED, para a realização do ano CED em cada municípios, encontram-se os resultados obtidos no quadro (8) subsequente:

Quadro 8. O orçamento para a realização do ano CED

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui	De modo a concretizar a candidatura e todo um ano CED na cidade é necessário um investimento monetário avultado, e como tal o orçamento disponível neste município foi cerca de 700 mil euros, sendo que o governo apoiou com 150 mil euros, o restante orçamento surgiu de subsídios da Câmara Municipal e de outros apoios.

ET_CM	Para a candidatura e todo o ano CED o orçamento municipal rondou os 1,2 milhões de euros.
ET_Gon	O orçamento estabelecido para a candidatura e todo o ano CED foi de 2 milhões de euros, porém só foram gastos 1 milhão e meio de euros.
ET_CB	O orçamento estabelecido para a candidatura e todo o ano CED foi de 1 milhão de euros, sendo que neste orçamento não estão incluídos os orçamentos gastos nas infraestruturas, cerca de mais 12 milhões de euros, pois já estava destinado a realização destes projetos, a CED apenas acelerou o processo para que tudo estivesse pronto nesse ano.

Finalmente, na fase de pré CED, o quadro 9 abaixo refere os resultados dos quatro municípios sobre a importância em ser reconhecido e concebido o prémio.

Quadro 9. A importância em ser reconhecido e concebido o prémio

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	Na generalidade para os municípios foi importante ser reconhecido e concebido este prémio pois é sempre impactante receber um prémio pelo bom trabalho que fizeram a nível desportivo localmente, sendo um exemplo a seguir por outros municípios, e podendo mostrar ao País e à Europa o valor desportivo de cada cidade, deixando uma "semente" para o futuro.

A tomada de decisão e a elaboração da candidatura a CED é feita pelos decisores políticos dos respetivos municípios, pois as iniciativas desportivas têm de surgir dos municípios, que são os responsáveis políticos a nível desportivo

nas autarquias. Confirmando com Oliveira, J. (2018) ao afirmar que o Município de Braga, precisamente um dos municípios em estudo, tem de desenvolver e executar medidas de modernização do património desportivo, de maneira a melhorar as práticas desportivas a pensar nos cidadãos.

À semelhança do que foi escrito acima sobre a política do desporto municipal, todos os entrevistados afirmaram que o facto do município ter ganho o prémio mudou a política do desporto municipal naquele ano, principalmente no que diz respeito à oferta de programas desportivos para as diversas faixas etárias, e também em particular no município da Maia nos processos de gestão, organização e planeamento. Convergindo com o estudo de Matos, V. (2013) que conclui que o desenvolvimento das políticas do desporto local devem ser inclusivas, contribuindo para a inserção de todos os munícipes, com isto quer dizer o cidadão comum, os desportistas de elite e as minorias sociais. Identicamente ao aludido na CRP, no artigo 13.º (*Princípio da Igualdade*), sobre todos os cidadãos terem a mesma dignidade social. Acrescenta-se ainda que no estudo de Vasconcelos (2006), o autor identificou que as autarquias da região do Vale do Sousa precisam de mudanças na política do desporto municipal e que devia ser direcionada para as populações mais carenciadas da prática desportiva.

Relativamente ao orçamento estabelecido para a realização do ano CED todos os municípios estabeleceram orçamentos diferentes obviamente adequados à situação económica do município e também para as necessidades que teriam estabelecido para a realização do ano CED. Neste caso refere-se ao orçamento para algo específico, que é a realização de um ano como CED, mas está claramente relacionado ao orçamento estipulado para o pelouro do desporto. Confluindo com Araújo, J. (2002) que no seu estudo afirma que o orçamento de um pelouro do desporto transpõe a preocupação e sacrifício de uma autarquia com o fenómeno desportivo, sendo vigente de acordo com os interesses da política do desporto, e prestando atenção aos munícipes, às infraestruturas, às práticas desportivas e ao associativismo desportivo da cidade. O autor acrescenta que o orçamento disponível para o desporto numa autarquia é empregue na gestão de equipamentos desportivos, nos apoios e subsídios ao

associativismo desportivo, nos investimentos em infraestruturas desportivas e noutros setores.

O ser reconhecido com prémio CED teve uma importância brutal para cada município, pelas razões referidas no quadro 9, que no final acabam por ter implicações para os municípios, desta maneira deixam algo para o futuro e um legado. Confirma-se no estudo de Seixas (2010) sobre outro grande evento mundial, a Copa do Mundo de Futebol *FIFA* Brasil de 2014, que o legado são várias consequências positivas ou negativas provenientes de acontecimentos desportivos que foram realizados e que, por sua vez, foram herdadas neste caso pela localidade onde se desenrolou o evento desportivo.

1.3.2 Durante a Cidade Europeia do Desporto

No que concerne aos resultados alcançados durante a CED, o quadro seguinte (10) apresenta os resultados relativos às mudanças a nível orgânico nos diversos municípios.

Quadro 10. As mudanças a nível orgânico

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	Nos municípios de Guimarães, da Maia e de Braga não existiram mudanças a nível orgânico, isto é, na estrutura organizacional dos serviços do desporto. No entanto, na Maia existiram associações e interações entre departamentos e divisões do município. Por outro lado, no município de Gondomar existiram alterações na estrutura organizacional dos serviços do desporto havendo contratações de funcionários e

	mobilidade de alguns funcionários dos diversos serviços da Câmara Municipal para a comissão que estaria na organização da CED.

No quadro 11 são indicados os resultados das mudanças a nível das atividades desportivas e dos programas desportivos.

Quadro 11. As mudanças a nível das atividades desportivas e dos programas desportivos

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	Em todos os municípios existiram mudanças ao nível das atividades desportivas e dos programas desportivos. Passaram a realizar mais, novos e diversos eventos nacionais e internacionais, principalmente em modalidades que não existiam.

Os resultados obtidos das mudanças a nível das parcerias locais e nacionais durante a CED nos municípios estudados estão presentes no quadro (12) abaixo:

Quadro 12. As mudanças a nível das parcerias locais e nacionais

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	Em todos os municípios existiram novas parcerias locais e nacionais, com à exceção do município de Braga que manteve as parcerias locais. Em Guimarães as parcerias realizadas foram com os clubes, algumas associações, ligadas às IPSS, à cultura, à promoção do desporto e ao associativismo

	mais puro, assim como com as universidades e os centros de conhecimentos. Na Maia foram mais notáveis as parcerias locais que eram responsáveis por algumas ações que sustentavam o apoio à realização dos eventos desportivos. Em Gondomar as parcerias feitas foram com as federações, associações locais, a FADEUP, o ISMAI, o Turismo do Porto e Norte de Portugal, o IPDJ, os supermercados e com várias empresas que forneciam bens ou até recursos humanos. Neste município as parcerias foram sempre feitas com as empresas do concelho, pois uma das suas vertentes era mexer obviamente com o desporto em Gondomar, mas também com o restante concelho. Em Braga as novas parcerias nacionais foram com as Federações, o Comité Olímpico, a Confederação do Desporto de Portugal, a Academia Olímpica, e com as universidades.

No que toca às mudanças a nível dos recursos humanos durante o ano CED, pode-se verificar no quadro 13 os respetivos resultados.

Quadro 13. As mudanças a nível dos recursos humanos

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	No município de Gondomar existiram novas contratações de recursos humanos, bem como a mobilidade de trabalhadores dos diversos serviços das Câmaras e em Guimarães contrataram funcionários para a régie-cooperativa que é a

	Tempo-Livre, que trabalha juntamente com a Câmara Municipal. Na Maia e em Braga não existiram novas contratações de recursos humanos, no entanto em Braga foi necessário haver mobilidade de recursos humanos do município. Os municípios de Guimarães, de Gondomar e de Braga fazem uma referência ao voluntariado que foi imprescindível para a realização da CED nos respetivos municípios.

No entanto, no quadro (14) seguinte serão apresentados os resultados das mudanças a nível das instalações desportivas durante a CED.

Quadro 14. As mudanças a nível das instalações desportivas

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	Nos vários municípios não foram executadas quaisquer alterações a nível das instalações desportivas. Contudo, na Maia apenas foram feitas algumas melhorias e atualizações nas instalações desportivas, principalmente na requalificação de pisos desportivos, de balneários, de bem-feitorias ao nível estético e funcional. Tal como em Gondomar apenas foram feitos alguns reajustes para que tudo funcionasse no ano CED.

Por último, na fase durante a CED foram obtidos resultados relativos ao reconhecimento internacional pelos eventos realizados em cada município em estudo, como se pode verificar no quadro 15.

Quadro 15. O reconhecimento internacional pelos eventos realizados

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	Em todos os municípios a realização de eventos internacionais trouxe claramente um reconhecimento internacional às respetivas cidades. Porém, em Guimarães desse reconhecimento internacional surgiram parcerias futuras com algumas instituições europeias, contaram com a presença de vários especialistas da área, de vários países europeus, em congressos e *workshops* organizados em Guimarães, assim como se envolveram em vários projetos através do *ERASMUS* +, da *ACES Europe* e da *TAFISA*. No município da Maia consideram que é necessário dar continuidade a projetos internacionais para que haja continuidade dessa notoriedade internacional ao município. Em Gondomar, para além dos eventos internacionais, acreditam que o que lhes trouxe reconhecimento internacional foi o terem ganho a segunda melhor CED em 2017. Assim como, em Braga também entendem que o serem a melhor CED de sempre contribuiu para o reconhecimento internacional.

As mudanças durante o ano CED a nível orgânico não existiram nos municípios de Guimarães, da Maia e de Braga, ou seja, não contrataram funcionários novos. Porém, na Maia existiram interações entre as várias divisões municipais. Nestes municípios isto aconteceu porque o pelouro do desporto já tinha uma estrutura bem constituída e sólida. Contrariamente, em Gondomar mobilizaram funcionários entre os diversos serviços da câmara e contrataram novos

funcionários devido à falta na equipa do pelouro do desporto. E como a organização de uma CED precisa de uma equipa consistente e bem estruturada surgiram estas mudanças neste município. A contratação de funcionários foi uma decisão ponderada e necessária, de maneira também a terem pessoas capacitadas e qualificadas que dessem o seu contributo à organização da CED, mas também ao pelouro do desporto, que no caso de Gondomar não tinha funcionários suficientes para que o pelouro funcionasse. Recorrendo a Matos, V. (2013), enuncia que, no seu estudo em Braga, a contratação de recursos humanos deve ser feita a indivíduos com formação e qualificação, mas afirma que nem sempre foi assim, havendo quem preferisse contratar pessoas com experiência, ou seja, atletas, mas sem conhecimento científico. Contudo, acrescenta que nos dias de hoje essas pessoas precisam de ser substituídas por pessoas que não pratiquem apenas desportos, mas que saibam também de desporto.

Ao nível das atividades desportivas e dos programas desportivos, no decorrer do ano CED, em todos os municípios existiram mudanças. Realizaram mais eventos nacionais e internacionais, eventos mais diversificados, novos, e melhores que os organizados até então. Isto porque para além de querem obviamente que aquele ano tivesse eventos de qualidade, queriam trazer para aos respetivos municípios modalidades que não existiam, queriam ser um município mais eclético a este nível. Corroborando com o estudo de Araújo (2002) que constatou que as autarquias da região do Vale do Lima, e igualmente, na investigação de Vasconcelos (2006), os municípios do Vale do Sousa promovem diretamente atividades desportivas; tal como, no estudo de Matos, V. (2013) o respetivo município em estudo promove a oferta desportiva diversificada, sobretudo através de novas modalidades.

Relativamente às parcerias, durante o ano CED, os municípios de Guimarães, da Maia e de Gondomar fizerem novas parcerias locais e nacionais, com as entidades descritas no quadro 12. O município também fez novas parcerias nacionais, mas manteve as locais. As parcerias descritas no quadro 12 foram imprescindíveis para os municípios conseguirem realizar o respetivo ano CED, tendo cada parceria o seu papel a desempenhar. Comprovando com o estudo

de Teixeira, C. (2004) sobre o Campeonato Europeu de Futebol 2004, que menciona a importância que as parcerias têm para empresas e marcas que pretendem investir em entidades desportivas, nomeadamente em eventos desportivos com grande impacto mediático. Noutro estudo, Vasconcelos (2006) cita que as autarquias da região do Vale do Sousa também apoiam parcerias através de atividades desportivas com entidades públicas e/ou privadas.

No que diz respeito aos recursos humanos, durante o ano CED, e como já foi referido no quadro 13, em Gondomar foram contratados recursos humanos e houve mobilidade de trabalhadores, em Guimarães contrataram novos funcionários para a Tempo-Livre, e na Maia e em Braga não contrataram novos Recursos Humanos. Quando questionados sobre este assunto os vereadores dos municípios de Guimarães, de Gondomar e de Braga salientaram a importância do voluntariado, e que a contribuição e ajuda destas pessoas foram imprescindíveis para a realização da CED nos respetivos municípios, uma vez que era incomportável contratar o mesmo número de pessoas que foram voluntárias.

Sustentado pelo estudo de Albuquerque (2007) este mesmo assunto é referenciado ao nível dos clubes, ao afirmar que o trabalho do voluntário é visível na Póvoa do Varzim e que advém do facto de ser uma contrapartida financeira. Num diferente estudo, Monteiro, M. (2013) indicou que a maioria dos operacionais que trabalharam no Campeonato Europeu Universitário de Voleibol de Praia eram voluntários. Também Oliveira, J. (2018), menciona precisamente o papel dos voluntários na CED em Braga, que assumiram um papel de grande importância e que foram cruciais para conquistar o sucesso nos vários eventos. Não obstante, Rodrigues & Soares (2019) citam o envolvimento avultado dos voluntários no evento em estudo na Região Autónoma da Madeira.

No que concerne às instalações desportivas, as pequenas alterações que foram executadas, e que estão expostas no quadro 14, realizaram-se porque são vitais para a prática desportiva. Os respetivos municípios pretendiam que tudo funcionasse pelo melhor ao longo do ano, sendo a maior parte das modificações a nível estético. Validando com o estudo de Araújo (2002), que menciona Ponte

da Barca e Ponte de Lima como os municípios que dão muito valor às infraestruturas desportivas, mesmo a nível orçamental. À semelhança do que dispõe Januário (2010) no seu estudo relativamente a ter infraestruturas com prestígio que possibilite a população de usufruir de um bom espetáculo de desporto, o uso para a prática desportiva e que propicie às respetivas autarquias da AMP condições para organizar grandes eventos.

Contrariamente aos resultados do presente estudo, verifica-se no estudo de Carvalho, C. (2015), que perante uma organização de um evento com uma dimensão, como é a do Campeonato do Mundo de Futebol 2014, foi necessário um forte investimento em infraestruturas, o que poderá trazer consequências, isto é, não recuperar financeiramente, como foi o caso deste Campeonato. Porém não foram realizados investimentos nas Cidades do Recife e São Lourenço da Mata, com a exceção da Arena Capibaribe, cita Seixas (2010). Da mesma forma, Marchetti (2015) refere no seu estudo que o Brasil nos últimos anos tem sido o anfitrião de vários eventos mundiais como o que referimos anteriormente, assim como os Jogos Pan-americanos de 2007 e os Jogos Olímpicos de 2016, o que levou a um investimento acrescido em instalações desportivas.

Por último, durante a ano CED, os municípios garantem que a organização de eventos internacionais lhes trouxe reconhecimento internacional, projetando assim as cidades no contexto europeu, mas não só. Gondomar e Braga acrescentam que serem a segunda melhor CED e a melhor CED de sempre, respetivamente, proporcionou notoriedade internacional, e que têm de dar continuidade para o futuro, refere o Município da Maia. O reconhecimento internacional é apontado pela *ACES Europe*[9] como um dos benefícios deste prémio. Similarmente, Januário (2010) menciona no seu estudo que as autarquias da AMP patrocinam iniciativas desportivas, neste caso eventos de grande dimensão, que lhe traga visibilidades nacional e internacional e projete a cidade.

[9] Consultar *ACES Europe*, consult. 16 setembro 2019, disponível em http://aceseurope.eu/about/benefits-of-awards/.

1.3.3 Pós Cidade Europeia do Desporto

Nesta fase serão apresentados os resultados relativos ao pós CED. Começando pelos resultados do associativismo indicados no quadro (16) abaixo:

Quadro 16. O associativismo

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	Em Guimarães, na Maia e em Braga o associativismo aumentou, após o ano CED, aumentando assim o número de clubes desportivos e cada vez mais para melhor. Particularmente na Maia este aumento deveu-se às políticas do desporto adotadas e que já faziam parte do "adn" antes da Maia ser CED. Contrariamente, em Gondomar o associativismo manteve-se, pois já existiam muitas associações na cidade.

Em relação aos eventos realizados em cada município no pós CED os resultados encontram-se no quadro 17:

Quadro 17. Os eventos

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	Na generalidade dos municípios o número de eventos após o ano CED não aumentou devido à impossibilidade de organizar um número tão grandioso de eventos. Todavia, muitos dos eventos do ano CED mantiveram-se no ano seguinte. E obviamente, no ano após CED, comparando com o

	ano anterior ao ano CED, o número de eventos aumentou, tendo assim um balanço positivo.

Relativamente à taxa de participação desportiva pós CED os resultados obtidos estão indicados no quadro 18.

Quadro 18. A taxa de participação desportiva

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	Em todos os municípios após o ano CED a taxa de participação desportiva ou atividade física dos munícipes aumentou, uma vez que houve uma forte campanha de sensibilização junto das comunidades para a importância de uma prática desportiva e atividade física regular, e também pelo investimento das próprias Câmaras na melhoria das instalações desportivas e na oferta desportiva.

No quadro 19 serão apresentados os resultados relativos às infraestruturas desportivas dos quatro municípios em estudo na fase pós CED.

Quadro 19. As infraestruturas desportivas

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui ET_CM ET_Gon ET_CB	Nos diversos municípios não foram construídas novas infraestruturas desportivas, mas sim aproveitadas. Porém, no ano após a CED muitas das infraestruturas dos respetivos municípios foram melhoradas e até aos dias de hoje ainda são utilizadas.

Por último, são apresentados no quadro (20) abaixo as implicações da CED para a política do desporto municipal nos anos pós CED.

Quadro 20. As implicações para a política do desporto municipal

Código das entrevistas	Síntese
ET_Gui	Para Guimarães o ano CED teve implicações para a política do desporto municipal nos anos seguintes essencialmente no "reforço da perceção de que o desporto é um importante fator de valorização social e na comunidade".
ET_CM	Na Maia as principais implicações do ano CED para a política do desporto municipal nos anos seguintes são nomeadamente "mais dinâmica, mais experiência organizacional, mais investimento, quer nas atividades, quer nos apoios a terceiros, novas linhas orientadoras para novas atividades, um aumento do número de utilizadores, um aumento do número de eventos que trouxe mais vida à cidade, com maior intervenção na área económica do pequeno comércio".
ET_Gon	Em Gondomar as principais implicações do ano CED para a política do desporto municipal nos anos seguintes foram as mudanças indispensáveis das políticas do desporto municipal, o renovar e fazer crescer o desporto em Gondomar, e o facto de a cidade ter sido bem sucedida durante o ano CED o que permitiu continuar a ter resultados excelentes nos anos seguintes relativamente ao desporto em geral na cidade, mas sobretudo no número de eventos, na oferta desportiva para todos, e no

	aumento até aos dias de hoje da participação desportiva dos munícipes nos programas desportivos em Gondomar.
ET_CB	Em Braga após um ano de CED as respetivas implicações para a política do desporto municipal nos anos seguintes foram que a cidade tornou-se ainda mais aberta à prática desportiva e os cidadãos ficaram mais conscientes da importância do desporto na vida humana. Porém, também ficaram mais exigentes, o que faz com que o município queira dar continuidade ao trabalho realizado no ano CED e corresponda às necessidades desportivas dos bracarenses.

Após o ano CED as mudanças e implicações são visíveis a vários níveis.

Ao nível do associativismo os municípios de Guimarães, da Maia e de Braga assinalam que houve um aumento significativo de clubes. Contrariamente, em Gondomar, o número de associações manteve-se porque o município já tinha muitas. Os municípios assumem que este aumento surgiu de forma a terem melhores associações e porque existiram mudanças nas políticas do desporto municipal contribuindo assim para este crescimento associativo.

No estudo de Araújo (2002) o autor refere que as autarquias com mais associações são aquelas que mais apoio orçamental disponibilizam para o associativismo desportivo. Acrescenta ainda que a coligação entre as autarquias e o associativismo desportivo resulta na oferta das atividades desportivas para públicos alvo diferenciados, permitindo-lhes promover o bem-estar, a saúde e a qualidade de vida. Concorda Conceição, A. (2013), que no seu estudo no município da Maia, cita que o município é parceiro do associativismo desportivo emergindo então na promoção, na dinamização e na organização de práticas desportivos abrangentes. Os autores Januário (2010) e Matos, V. (2013)

salientam nos respetivos estudos, que o apoio associativismo desportivo local é uma das prioridades do poder autárquico.

No que diz respeito ao número de eventos é compreensível que não tenham aumentado no ano pós CED, porque nenhum município tem orçamento para manter um número tão avultado de eventos. Porém, já é positivo saber que no ano pós CED o número de eventos cresceu em comparação com o ano anterior à CED de cada cidade.

Os eventos podem trazer resultados impactantes em termos económicos para uma cidade ou até mesmo para um país, cita Carvalho, C. (2015) no seu estudo ao referir-se a um grande evento desportivo que foi o Campeonato Europeu de Futebol 2004, organizado em Portugal. Verifica-se também no estudo de Januário (2010), que os eventos desportivos promovem os municípios, qualificam o desporto praticado na cidade e constituem um elemento estruturante da identidade local. Por outro lado, realça Oliveira, A. (2018) no seu estudo em Braga, que a realização de eventos desportivos resulta no aumento da visibilidade de várias modalidades desportivas, logo, promove a prática desportiva e está diretamente relacionado com as melhorias da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos. Partilha do mesmo parecer Pires (2007) referindo que os eventos desportivos são um excelente fator de promoção das práticas desportivas.

Relativamente à taxa de participação desportiva os números no ano após a CED, em cada município, aumentaram pelas razões descritas no quadro 18, obtendo-se assim um balanço positivo. O que leva diretamente à promoção desportiva que foi feita ao longo do ano, corroborando com Balsas (2018), que no seu estudo sobre o Campeonato Europeu de Futebol 2004 concluiu que o aumento do nível de interesse e participação nas atividades desportivas pelos cidadãos é um possível efeito do evento.

Finalmente, após um grande ano de CED nos quatro municípios em estudo, são refletidas as implicações para a política do desporto municipal, que surgiram nos anos seguintes, expostas no quadro 20, e resumidamente incide na oferta desportiva abrangente a toda a população, dando força ao desporto para todos.

Do exposto, apoiamo-nos nas palavras de Matos, V. (2013), que sugere que no pensamento político-estratégico das autarquias devem estar todos os segmentos populacionais, no sentido de eliminar as desigualdades e proporcionar o desporto para todos. Tal como Seixas (2010) afirma na sua investigação que a população deve ser o foco. Bem como Viegas (2016) afirma que na sua experiência no município de Loulé existe uma oferta variada de atividades para os cidadãos a pensar no bem-estar e na qualidade de vida, num ano em que Loulé foi CED em 2015. Suportamo-nos também no estudo de Conceição, A. (2007) que menciona que as atividades devem ser dirigidas a uma população heterogénea na idade e nos estratos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação foi centrada nas Cidades Europeias do Desporto da Zona Norte de Portugal Continental. Os objetivos foram enunciados, o estudo desenvolvido, e após a apresentação e discussão dos resultados, obtiveram-se as seguintes conclusões:

1. As candidaturas a CED

- Os objetivos definidos nas candidaturas a CED dos municípios estudados foram cumpridos com sucesso.

- Relativamente aos programas de atividades enunciados nas candidaturas:
  - Todos os municípios cumpriram com o programa de atividades que enunciaram na candidatura;
  - Todos os municípios superaram significativamente o número de atividades a que se propuseram realizar na candidatura;
  - Todos os municípios realizaram crescentemente mais atividades ao longo dos seis (6) anos, que mediaram desde a primeira CED à última.

2. Política do desporto municipal

- O desporto teve uma importância fundamental no ano das candidaturas a CED, na promoção e oferta desportiva generalizada em todos os municípios, sendo que em Gondomar a candidatura contribuiu acentuadamente para a cidade se afirmar a nível desportivo.

- Os municípios de Guimarães, da Maia, e de Braga consideram que as competências fulcrais que têm perante o desporto são a promoção da prática desportiva direcionada a toda a população, o desenvolvimento do

associativismo desportivo, e o acesso fácil e económico para os praticantes desportivos. Contrariamente, Gondomar não considera ter competências fulcrais perante o desporto, apesar de ser a base de sustentabilidade do desporto no município.

- Em todos os municípios o "desporto para todos" é imprescindível e importante para todo o desenvolvimento desportivo, sendo uma prioridade para os políticos dos municípios.

- Nos quatro municípios surgiram mudanças e melhorias nas políticas do desporto local, nomeadamente:
  - Na inovação, na promoção e oferta desportiva generalizada;
  - Na sistematização e formatação de conhecimento do desporto;
  - Na consolidação da importância do desporto pelos funcionários municipais;
  - No desenvolvimento do desporto para todos;
  - No apoio dos projetos das associações desportivas.

3. Pré Cidade Europeia do Desporto

- A iniciativa dos municípios se candidatarem a CED surgiu dos seus decisores políticos, em colaboração com as respetivas equipas de trabalho. O processo de candidatura, na generalidade, seguiu os mesmos procedimentos:
  - Avaliar as potencialidades da cidade;
  - Elaborar um dossiê de pré-candidatura;
  - Elaborar o dossiê de candidatura, após serem oficialmente candidatos;
  - Receber nas respetivas cidades uma comissão da *ACES Europe*;

A seguir a estes procedimentos tratou-se de operacionalizar o ano CED.

- O orçamento estabelecido para a realização do ano CED foi diferente para cada município. Guimarães teve o orçamento inferior e Gondomar o superior. Os orçamentos estabelecidos foram os seguintes:
  - Guimarães: 700 mil euros;
  - Maia: 1,2 milhões de euros;
  - Gondomar: 2 milhões de euros, mas só gastaram 1,5 milhões de euros;
  - Braga: 1 milhão de euros.

- Para os municípios foi importante serem reconhecidos com este prémio pelas seguintes razões:
  - Conquistar um prémio (CED) é algo extraordinário pelo bom trabalho desempenhado a nível local e constitui um exemplo a seguir por outros municípios;
  - Evidenciar ao País e à Europa o valor desportivo da cidade;
  - Deixar um legado, uma "semente" para o futuro.

4. Durante a Cidade Europeia do Desporto

- As mudanças durante o ano CED a nível:
  - Orgânico: No município de Guimarães, Maia e Braga não existiram mudanças na estrutura organizacional dos serviços do Desporto. Ainda assim, na Maia existiram interações entre departamentos. No município de Gondomar contrataram funcionários e houve mobilidade de funcionários entre os serviços da Câmara;
  - Atividades desportivas e programas desportivos: Em todos os municípios existiram mudanças a este nível, passando a realizar mais eventos nacionais e internacionais, principalmente de modalidades que não existiam;
  - Parcerias locais e nacionais: Nos municípios de Guimarães, Maia e Gondomar fizeram novas parcerias locais e nacionais. O

município de Braga manteve as parcerias locais e criaram parcerias nacionais;

- Recursos Humanos: Em Gondomar existiram novas contratações de recursos humanos e mobilizações de trabalhadores. Em Guimarães apenas contrataram novos recursos humanos para a Tempo-Livre. Na Maia e em Braga não existiram novas contratações. Os municípios de Guimarães, Gondomar e Braga afirmaram que a presença dos voluntários foi imprescindível para a realização da CED;
- Instalações Desportivas: Nos quatro municípios não foram operadas alterações a este nível, apenas na Maia e em Gondomar fizeram algumas melhorias estéticas e reajustes de pequenas dimensões em balneários e pisos desportivos para que tudo funcionasse bem e com qualidade ao longo do ano;
- A organização de eventos internacionais trouxe reconhecimento internacional. Contudo, os municípios de Gondomar e Braga acrescentaram que o facto de terem sido a segunda melhor CED e a melhor CED de sempre, respetivamente, contribuiu igualmente para esse reconhecimento.

5. Pós Cidade Europeia do Desporto

- As mudanças na fase pós CED:
  - O associativismo aumentou em Guimarães, na Maia e em Braga, e manteve-se em Gondomar, pois já existem muitas associações nesta cidade;
  - Em todos os municípios o número de eventos não aumentou no ano após CED, mas aumentou comparativamente ao ano antes CED. Todavia, diversos eventos realizados na CED, em cada cidade, organizaram-se também no ano após CED;

  - Nos quatro municípios a taxa de participação desportiva aumentou, sendo um balanço positivo resultante do ano CED.

- Por último, o ano em que o município é CED determina implicações para a política do desporto municipal nos anos seguintes, nomeadamente:
  - Reforço do desporto como um fator de valorização social e da comunidade;
  - Maior dinamismo, experiência organizacional e investimento nas atividades e no apoio a terceiros;
  - Aumento da oferta de atividade física e desportiva, e consequentemente do número de praticantes desportivos, que se refletem na diminuição do sedentarismo, na melhoria da qualidade de vida, na animação e na economia da cidade.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Das limitações ou dificuldades que ocorreram ao longo deste estudo destaco as seguintes:

- Surgimento da COVID-19 que resultou no adiamento da realização das entrevistas, no aumento do tempo de espera das respostas por parte das Câmaras Municipais, e na dificuldade em realizar as entrevistas pessoalmente, o que levou ao atraso da entrega do trabalho;
- A quase inexistência de estudos sobre o prémio Cidade Europeia do Desporto, o que revelou ser uma barreira difícil de ultrapassar na realização do presente estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACES América. (2020). *ACES América* Consult. 04 maio 2020, disponível em https://www.acesamerica.org/.

ACES América. (2020). Quiénes somos. *Quiénes somos* Consult. 04 maio 2020, disponível em https://www.acesamerica.org/quienes-somos/.

ACES Europe. (2020). *ACES Europe* Consult. 16 setembro 2019, disponível em http://aceseurope.eu/.

ACES Europe. (2020). About. *About* Consult. 16 setembro 2019, disponível em http://aceseurope.eu/about/.

ACES Europe. (2020). Benefits of awards. *Benefits of awards* Consult. 16 setembro 2019, disponível em http://aceseurope.eu/about/benefits-of-awards/.

ACES Europe (2020). *General regulations governing the world capital of sport selection process*. Consult. 04 maio 2020, disponível em http://aceseurope.eu/.

ACES Itália. (2020). *ACES Itália* Consult. 04 maio 2020, disponível em https://www.acesitalia.eu/.

ACES Itália. (2020). ACES itália. *ACES Itália* Consult. 04 maio 2020, disponível em https://www.acesitalia.eu/aces/aces-italia.

ACES Portugal (2014). *Estatutos Aprovados por escritura pública*. Consult. 04 maio 2020, disponível em http://acesportugal.pt/.

ACES Portugal. (2020). *ACES Portugal* Consult. 24 setembro 2019, disponível em http://acesportugal.pt/.

ACES Portugal. (2020). Sobre nós. *Sobre nós* Consult. 24 setembro 2019, disponível em https://acesportugal.pt/sobre-nos/.

ACES Portugal. (2020). Missão. *Missão* Consult. 24 setembro 2019, disponível em https://acesportugal.pt/missao/.

ACES Portugal. (2020). Valores. *Valores.* Consult. 24 setembro 2019, disponível em https://acesportugal.pt/valores/.

Albuquerque, B. (2007). *O associativismo desportivo: Um estudo realizado no concelho da Póvoa do Varzim.* Porto: B. Albuquerque. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Assembleia Constituinte. (1976). Constituição da República Portuguesa, 10 de abril. *Diário da República,* 1.ª Série, n.º 86, 738-775.

Assembleia da República. (2007). Lei n.º 5 de 2007, de 16 de janeiro. *Diário da República*, 1.ª Série, nº 11, 356-363.

Araújo, J. (2002). *O Tempo Livre e o Lazer na Região do Vale do Lima – Estudo sobre a oferta desportiva nas autarquias de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo.* Porto: J. Araújo. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

Araújo, J. (2003). Reflexões sobre o Desporto Português. In Confederação do Desporto de Portugal, *Sistema Desportivo Português: Que modelo?*. Algés: Confederação do Desporto de Portugal.

Balsas, C. (2018). Country Marketing and Planning Implications of the European Soccer Championship EURO 2004. USA: *Journal of Uurban Technology*, vol. 25, n.º3, 29–46.

Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Batista, P. & Alves, M. (2013). A etnografia. In Mesquita, I., Graça, A. (Ed.), *Investigação qualitativa em desporto, Volume 1*. Porto: Centro de Investigação Formação e Inovação e Intervenção em Desporto.

Bauer, M., & Gaskell, G. (2000). *Qualitative researching with text, image and sound: A pratical handbook*. Sage London.

Brittain, I. (2004). Perceptions of Disability and their Impact upon Involvement in Sport for People with Disabilities at all Levels. *Journal of Sport and Social Issues*, 28(4), pp. 429-452.

Calléde, J. (1991). O desporto para todos: Prática colectiva de interesse social. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Carvalho, C. (2015). *Impacto Económico de Grandes Eventos Desportivos.* Trabalho de Projeto do Mestrado em Economia, na especialidade em Economia Financeira. Coimbra: C. Carvalho. Trabalho de Projeto do Mestrado apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Carvalho, M. J. (2004). Inovações relativas às autarquias, às empresas de desporto e ao desporto de espectáculo na proposta de Lei de Bases do Desporto. In Associação Portuguesa de Gestão de Desporto, *Actas do 6º Congresso Nacional de Gestão de Desporto*. Oeiras: Associação Portuguesa de Gestão de Desporto.

Carvalho, M. J. (2009). *Elementos Estruturantes do Regime Jurídico do Desporto Profissional em Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora.

Carvalho, M. J., Januário C., & Paipe, G. (2016). O direito fundamental ao desporto: políticas de implementação em municípios de Portugal e Moçambique. In A. Garrido & L. Liñán (Dirs.), *Anuario Iberoamericano de Derecho Deportivo*, pp. 83-100. Perú: Fondo Editorial de la Universidad Inca Garcilaso de la Veja.

Carvalho, M. J., Menezes, V., & Paipe, G. (2017). O direito ao desporto como direito fundamental nos países de língua portuguesa. In K. L. Pachot Zambrana (Ed.), *El Derecho del deporte en Iberoamérica. Desafíos y experiencias nacionales en el siglo XXI*, pp. 126 - 149. Cuba: Editorial Unijuris.

Carvalho, M. J., Resende, C., Cirac, M. J., & Costa, J. (2012). Desporto, Política e Direito: Do passado e da atualidade. Enfoque nas autarquias Locais. In Constantino, J.M., Bento, J. O. (Ed.), *Desporto e Municípios: políticas, práticas e programas*. Lisboa: Visão e Contextos, Edições e Representações, Lda.

Clayes V (1987). *A evolução do conceito de desporto e o fenómeno da participação/ não participação*. Coleção desporto e sociedade — antologia de textos, n.º 3. Lisboa: DGD.

Comissão Europeia. (2017). *Livro branco sobre o desporto* Consult. 03 novembro 2019, disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3Al35010.

Conceição, A. (2007). *Desporto e Autarquias: Estudo para uma Política Desportiva Comum para a Grande Área Metropolitana do Porto.* Porto: A. Conceição. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Conceição, A. (2013). *Desporto e Multiculturalismo: Análise centrada em Instituições do Concelho da Maia.* Porto: A. Conceição. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Correia, J. (2009). Políticas Públicas e Desenvolvimento do Desporto. In: Bento, J., & Constantino, J. (coord.). (2009). *O Desporto e o Estado. Ideologias e Práticas*. Porto: Edições Afrontamento.

Costa, J. (2010). *O Desporto no Concelho de Fafe: Associativismo e Política Desportiva Municipal*. Porto: J. Costa. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Constantino, J. (1990). Políticas de desenvolvimento desportivo nas Autarquias. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Constantino, J. M. (1994). *Desporto e Municípios*. Lisboa: Livros Horizonte.

Constantino, J. M. (1999). *Desporto, Política e Autarquias*. Livros Horizonte.

Constantino, J. M. (2003). Sistema Desportivo Português: Que modelo?. In Confederação do Desporto de Portugal, *Sistema Desportivo Português: Que modelo?*, Algés: Confederação do Desporto de Portugal.

Costa, L. (1989). Educação Física e Esporte não Formais. Colecção Educação Física. Série Aperfeiçoamento. S. Paulo. Brasil: Ao livro técnico S/A.

Custódio, C. (1998). Desporto dos jovens trabalhadores e o município. In *Revista de Poder Local: Desporto e Poder Local.* Lisboa: Editorial Caminho, SA.

De Bosscher, V., De Knop, P., Van Bottenburg, M., Shibli, S., & Bingharn, J. (2009). Explaining nternational sporting success: An international comparison of elite sport systems and policies in six countries. *Sport Management Review*, 12(3), pp. 113-136.

Drucker, P. (1997). *As organizações sem fins lucrativos.* Lisboa: Difusão cultural.

Elling, A., De Knop, P. & Knoppers, A. (2001). The Social Integrative Meaning of Sport. A Critical and Comparative Analysis of Policy and Practice in the Netherlands. *Sociology of Sport Journal.* 18(4), pp. 414-434.

Feio, N. (1978). *Desporto e Política (Ensaios para a sua compreensão)*. Torres Vedras: Colecção Educação Física e Desporto. Compendium.

Gallardo, L., & Jiménez, A. (2004). *La géstion de los servicios deportivos municipales: Vías para la excelencia*. Barcelona: INDE Publicaciones.

Gardiner, S. *et. al*. (2001). *Sports Law (2ªEd)*. London, Cavendish.

Girginov, V., & Sandanski, I. (2008). Understanding the Changing Nature of Sports Organisations in Transforming Societies. *Sport Management Review*, 11(1), pp. 21-50.

Gomes, V. (1986). *Regionalização e Descentralização Desportiva*. Colecção Horizonte de Cultura Física. Lisboa: Livros Horizonte.

Graça, O. (1994). O papel da autarquia no desenvolvimento do desporto do Conselho de Sesimbra. In Associação de Municípios do Distrito de Évora, *1.ª Jornada de Reflexão: Autarquias Locais e Desenvolvimento Desportivo*. Évora: Associação de Municípios do Distrito de Évora.

Green, M., & Collins, S. (2008). Policy, Politics and Path Dependency. Sport Development in Australia and Finland. *Sport Management Review*. 11(3), pp. 225-251.

Homem, F. (2006). *Tempo livre, Lazer e Desporto dos Jovens em Idade Escolar: Análise da Responsabilidade e do Quadro de Interecção da Escola, da Autarquia e do Clube.* Porto: F. Homem. Dissertação de Doutoramento apresentada à

Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

Houlihan, B. (1997). *Sport, policy, and politics: A comparative analysis*. London: Routledge.

Januário, C. (2001). *Actividade física, Autarquias e Políticas Desportivas: Um estudo realizado na freguesia de Miragaia (Porto)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

Januário, C. (2010). *Políticas Públicas Desportivas: Estudo centrado nos municípios da Área Metropolitana do Porto.* Porto: C. Januário. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Januário, C. (2011). *Políticas Públicas Desportivas: Estudo Centrado nos Municípios da Área Metropolitana do Porto*. Coimbra: Fundação CEFA.

Januário, C. (2012). Políticas públicas desportivas: Discurso e ação dos municípios da Área Metropolitana do Porto. In Constantino, J.M., Bento, J. O. (Ed.), *Desporto e Municípios: políticas, práticas e programas*. Lisboa: Visão e Contextos, Edições e Representações, Lda.

Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to it's methodology* (2ª Ed.). Thousand Oaks. Calif. / London: Sage Publications.

Liu, Y.D. (2009). Sport and Social Inclusion. Evidence from the Performance of Public Leisure Facilities. *Social Indicators Research.* 90(3), pp. 325-337.

Marchetti, F. (2015). *As novas arenas de futebol brasileiras: Sustentabilidade econômica do Beira-Rio, em Porto Alegre*. Porto: F. Marchetti. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Marivoet, S. (1998). *Tempos e espaços de realização humana no contexto das novas necessidades sociais*. Revista Horizonte, XIV (81), 8-11.

Matos, V. (2013). *Políticas Públicas Desportivas: Estudo de caso do Município de Braga.* Porto: V. Matos. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Matos, Z. (2013). Entre a Metodologia e os Métodos: Elementos para a Investigação em Ciências do Desporto. In Mesquita, I., & Graça, A., *Investigação Qualitativa em Desporto, Volume I*. Porto: Centro de Investigação Formação e Inovação e Intervenção em Desporto.

Matos, V. (2013). *Políticas Públicas Desportivas: Estudo de caso do Município de Braga.* Porto: V. Matos. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

McINTOSH, P. (1975). *O desporto na sociedade*. Lisboa: Prelo editora.

Melo de Carvalho, A. (1978). *Cultura Física e Desenvolvimento*. Colecção Educação Física e Desporto. Lisboa: Compendium.

Melo de Carvalho, A. (1994). *Desporto e Autarquias Locais: Uma nova via para o desenvolvimento desportivo nacional*. Porto: Campo das Letras.

Melo de Carvalho, A. (1994). O tempo da mudança. In *Desporto e Autarquias Locais: Uma nova via para o desenvolvimento desportivo nacional*. Porto: Campo das Letras.

Melo de Carvalho, A. (1998). Autarquias locais e desporto: O tempo da mudança. In *Revista de Poder Local: Desporto e Poder Local.* Lisboa: Editorial Caminho, SA.

Mestre, A. (2004). *O Desporto na Constituição Europeia: O fim do "Dilema de Hamlet".* Coimbra: Livraria Almedina.

Ministros europeus responsáveis pelo Desporto (1992). 7ª Conferência. *Carta Europeia do Desporto.* Rhodes.

Monteiro, M. (2013). *Campeonato Europeu Universitário de Voleibol de Praia – Porto 2013: Estágio Profissionalizante realizado na Comissão Executiva do Campeonato Europeu Universitário de Voleibol de Praia – Porto 2013.* Porto: M.

Monteiro. Relatório de Estágio Profissionalizante apresentado à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Mota, R. (1998). O desporto escolar, o desenvolvimento desportivo local e os municípios. In *Revista de Poder Local: Desporto e Poder Local.* Lisboa: Editorial Caminho, SA.

Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2005). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e práticas* (2ª Ed.). Lisboa. Instituto Piaget.

Oliveira, J. (2018). *Braga – Cidade Europeia do Desporto 2018: Estágio Profissionalizante realizado na Câmara Municipal de Braga.* Porto: J. Oliveira. Relatório de Estágio Profissionalizante apresentado à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Paipe, G. (2013). *Políticas Públicas Desportivas e Gestão do Desporto Municipal: Estudo de caso do Município da Cidade da Beira, Moçambique*. Porto: G. Paipe. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Pires, G. (1988). *Para um projecto multidimensional do conceito de desporto*. Horizonte: Revista de Educação Física e Desporto.

Pires, G. (2007). *Agôn Gestão do Desporto*. Porto: Porto Editora.

Povill, A. (2003). Las competencias deportivas de las diferentes organizaciones públicas y privadas regionales, estatales y europeas. In: *Sistema Desportivo Português: Que modelo?*. Lisboa: Confederação do Desporto de Portugal, pp. 57-84.

Puig, N., Martínez, J. & García, B. (2010). Sport Policy in Spain. *International Journal of Sport Policy.* 2(3), pp. 381-390.

Queirós, P., & Graça, A. (2013). A análise de conteúdo (enquanto técnica de tratamento de informação no âmbito da investigação qualitativa). In Mesquita, I., & Graça, A., *Investigação Qualitativa em Desporto, Volume II*. Porto: Centro de Investigação Formação e Inovação e Intervenção em Desporto.

Queirós, P., & Lacerda, T. (2013). A importância da entrevista na investigação qualitativa. In Mesquita, I., & Graça, A., *Investigação Qualitativa em Desporto, Volume II*. Porto: Centro de Investigação Formação e Inovação e Intervenção em Desporto.

Rodrigues, A. & Soares, J. (2019). Gestão do voluntariado num evento de desporto adaptado. Motivação, expectativas, participação e intenção de repetir a experiência. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*. Vol. 10.

Rosário, A. (1996). *O Desporto em Portugal: Reflexo e Projecto de uma Cultura*. Colecção Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Instituto Piaget.

Seixas, T. (2010). *Copa do Mundo de Futebol FIFA Brasil 2014: Uma Análise da Candidatura de Pernambuco como Subsede.* Porto: T. Seixas. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Sérgio, M. (1974). *Para uma Nova Dimensão do Desporto*. Lisboa: Direcção Geral de Educação Física e Desporto.

Silva, E. & Menezes, E. (2005). Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. 4ª Edição. Florianópolis: *Revista atualidade*.

Special Eurobarometer 412. (2014). *Sport and Physical Activity*.

Special Eurobarometer 472. (2017). *Sport and Physical Activity*.

Tavares, A. (2007). *Gestão da Qualidade e da Excelência nos Eventos Desportivos: O modelo MEDE como ferramenta de gestão de eventos desportivos.* Porto: A. Tavares. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade do Desporto da Universidade do Porto.

Teixeira, C. (2004). *O Patrocínio Desportivo. Análise do Patrocínio Desportivo no Euro 2004.* Porto: C. Teixeira. Monografia de Licenciatura apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

Tracy, S. J. (2019). *Qualitative Research Methods: Collecting Evidence, Crafting Analysis, Communicating Impact*. USA: Wiley Blackwell.

Vasconcelos, J. (2006). *A Prática Desportiva na Região do Vale do Sousa: Estudo sobre a oferta desportiva das Autarquias de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paredes, Paços de Ferreira e Penafiel.* Porto: J. Vasconcelos. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

Viegas, M. (2016). *Gestão Desportiva Municipal em Loulé. Experiência Profissional.* Loulé: M. Viegas. Relatório Profissional apresentado à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

ANEXOS

ANEXO 1 – GUIÃO DA ENTREVISTA

Tema: As Cidades Europeias do Desporto da Região Norte de Portugal: Implicações no desenvolvimento do desporto local

Objetivos:

- Analisar as candidaturas ao prémio CED verificando se os municípios cumpriram com o que propuseram;
- Identificar as políticas do desporto dos municípios enquanto CED;
- Analisar a concretização de ser uma CED nos municípios;
- Investigar as implicações do título CED para o desenvolvimento desportivo local.

Legitimação da entrevista:

1. Tenciona saber mais alguma informação acerca do estudo? E sobre a entrevista?
2. Opõe-se ao facto de a entrevista ser gravada?
3. Existe algum aspeto que não tenha sido clarificado?

Identificação:

1. Sexo;
2. Município;
3. Ano em que o município foi CED;
4. Função.

Entrevista:

A) Política do Desporto Municipal

1. No ano em que o município se candidatou a CED, qual a importância que o desporto teve no município?
2. Que competências fulcrais considera que o município tem perante o desporto?

3. Qual a importância que o município dá ao acesso e à oferta desportiva ao Desporto para Todos?
4. Segundo a *ACES Europe* um dos benefícios do prémio CED é a melhoria das políticas do desporto local. Neste município as políticas do desporto local sofreram alterações? Houve melhorias? Há algo que fosse necessário mudar?

B) Cidade Europeia do Desporto

a. Antes

5. Quem tomou a decisão e como se desenrolou o processo de aprovação do município se ter candidatado a CED?
6. O que foi necessário fazer para a concretização da candidatura do município a CED?
7. A candidatura e o ter ganho o prémio mudou a política do desporto municipal naquele ano? Se sim em quê?
8. Qual foi o orçamento estabelecido para a candidatura e depois para todo o ano CED?
9. Porque é que era importante para o município ser reconhecido e concedido o prémio CED?

b. Durante

10. Durante o ano CED quais foram as principais alterações a nível:

    a) orgânico. Houve modificações na estrutura organizacional dos serviços do desporto? Houve associações com outros serviços da Câmara?

    b) atividades desportivas e programas desportivos. Quais foram as alterações nestes domínios?

    c) parcerias. Estabeleceram novas parcerias com outras entidades locais e/ou nacionais? O que privilegiaram e porquê?

    d) recursos humanos. Aumentaram as pessoas que trabalharam no desporto? Houve novas contratações ou mobilidade de trabalhadores?

    e) instalações desportivas. Quais as modificações a este nível?

11. Durante o ano CED uma das obrigações é desenvolver, no mínimo, um Congresso Internacional ou uma Competição Desportiva Internacional. Considera que ao realizar estes eventos o município possa ter reconhecimento internacional?

c. Após

12. Após o ano CED o associativismo diminuiu, manteve-se ou aumentou? Quais são os motivos para que isso tenha acontecido?
13. Após o ano CED os números de eventos diminuíram, mantiveram-se ou aumentaram? Quais são os motivos para que isso tenha acontecido?
14. Após o ano CED a taxa de participação desportiva ou atividade física dos munícipes diminuiu, manteve-se ou aumentou? Quais são os motivos para que isso tenha acontecido?
15. No ano CED foram aproveitadas ou construídas novas infraestruturas? Se sim, essas infraestruturas continuam a ser utilizadas desde o ano CED?
16. Quais as principais implicações do ano CED para a política do desporto municipal nos anos seguintes?

Validação da entrevista:

1. Considera que esta entrevista foi bem conduzida?
2. Considera que o conteúdo da entrevista corresponde aos objetivos enunciados?
3. Quer acrescentar alguma informação que considere relevante para o esclarecimento da sua opinião acerca das temáticas abordadas?
4. Tendo em consideração os objetivos que propus acha que a entrevista deveria ter mais alguma questão?
5. Tem alguma questão a colocar?

Obrigada pela sua colaboração!